

Documento de Trabalho nº60, CEsa, Lisboa, 2000

## **Timor Lorosa'e: construir um novo país no limiar do séc. XXI**

*por*

*António M. de Almeida Serra*

*Presidente do CEsa e coordenador da sua Unidade de Estudos Asiáticos. Doutorado em economia pelo ISEG, onde é docente de disciplinas das áreas de Teoria Económica (Licenciatura), Políticas Económicas de Desenvolvimento (Mestrado) e Economia Asiática (Licenciatura e Mestrado). Tem coordenado projectos de investigação sobre a Ásia (Oriental, Sudeste Asiático e do Sul). Proferiu conferências sobre a sua especialidade em vários países (Portugal, China, Macau, Brasil, França). Publicou vários textos sobre política económica de desenvolvimento e sobre a economia asiática. Visitas de trabalho a (na Ásia) R.P. China, Macau, Hong Kong, Singapura, Malásia e Timor Lorosa'e. Representante do CEsa em duas redes europeias de estudos asiáticos. Coordenador, no ISEG, das acções de cooperação com Timor Lorosa'e. Relator do Grupo de Trabalho promovido pelo CRUP-Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas que preparou o apoio destas à Universidade Nacional de Timor Lorosa'e, nomeadamente através da proposta de um plano de estudos para as áreas da Economia e da Gestão.*

*Os trabalhos reproduzidos nesta série são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.*

***O CEsa não confirma nem infirma  
quaisquer opiniões neles expressas.***

***Timor Lorosa'e: construir um novo  
país  
no limiar do séc. XXI***

Propostas de estratégia e de políticas económicas  
de desenvolvimento <sup>1</sup>

por

***António M. de Almeida Serra***  
Unidade de Estudos Asiáticos  
CEsA / ISEG / UTL

Lisboa  
2000

---

<sup>1</sup> - Este trabalho, um dos resultados da investigação em curso na *Unidade de Estudos Asiáticos* do CEsA/ISEG/UTL sobre as economias da Ásia-Pacífico, é publicado no âmbito do projecto PCSH/C/ECO/949/95 financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia

## Resumo

Timor Lorosa'e encontra-se actualmente numa fase crucial da sua vida enquanto país já que a estrutura política que até agora tem representado o seu povo se prepara para definir algumas das linhas mestras do futuro Timor Lorosa'e.

À semelhança do que se passou com um nosso texto anterior <sup>2</sup>, o principal objectivo deste é apresentar algumas propostas para as linhas mestras do desenvolvimento de Timor Lorosa'e na esperança de assim poder contribuir para o debate sobre elas.

Pensado para estar pronto algum tempo antes da realização do Congresso do CNRT-Conselho Nacional da Resistência Timorense, acabou por ser escrito antes, durante e depois deste acontecimento relevante na vida do país em formação. Algumas das ideias expostas foram sendo 'afinadas' ao longo dos trabalhos do referido Congresso a que tivemos a possibilidade de assistir enquanto observador. Foi nesta qualidade que pudemos, mesmo, assistir e participar pontualmente nas sessões da sua Comissão n.º 3, que se debruçou sobre os aspectos centrais da organização económica do futuro Timor Lorosa'e.

Começa-se por fazer uma pequena síntese do percurso percorrido até agora e que serve simultaneamente de diagnóstico <sup>3</sup> da situação de partida e que se torna necessário transformar o mais rapidamente possível.

Assim, na primeira parte faz-se uma síntese da evolução de Timor desde o final do período de administração indonésio até à actualidade (i.e., até Julho/Agosto de 2000). Nela se fará, paralelamente, um diagnóstico da situação actual.

Na segunda parte abordam-se alguns princípios fundamentais do actual pensamento sobre o processo de desenvolvimento económico-social que se julga serem relevantes para o processo de desenvolvimento de Timor Lorosa'e enquanto país totalmente independente.

Por fim e tendo por base os elementos explicitados nas partes anteriores, far-se-ão um conjunto de propostas concretas que, esperamos, poderão ser úteis no debate sobre o futuro que dirigentes e população timorenses, cada grupo à sua maneira, terão de travar até chegarem ao momento da decisão e posterior implementação de uma estratégia (e respectivas medidas) de desenvolvimento.

Um trabalho deste tipo nunca é, apesar de todo o esforço individual, uma obra de uma só pessoa. Para ele contribuíram indirectamente algumas pessoas a quem não posso deixar de agradecer: Fernanda Teixeira, Fernanda Borges, Nadine Grant, Carrascalão da Silva, Helder da Costa, João Mariano Saldanha, Manuela da Costa e outros. A todos, muito obrigado!

Escusado será dizer que se as eventuais virtudes do texto se devem, na maior parte, a eles, todos os seus defeitos são apenas meus.

Dili, 28 de Agosto de 2000

---

<sup>2</sup> - Veja-se SERRA, António M. de Almeida e QUINTANEIRO, Luís *Moeda e câmbios em Timor Lorosa'e: contribuição para um debate*, CEsa (Doc. Trabalho n.º 58), Lisboa, 2000

<sup>3</sup> - Este diagnóstico é muito incompleto, nomeadamente por falta de informações estatísticas credíveis sobre o Timor actual devido à destruição que se seguiu ao referendo do fim de Agosto de 1999

## ***Parte I - Sangue, suor e lágrimas, muitas lágrimas***<sup>4</sup>

Invadido pela Indonésia no fim de 1975 na sequência da instabilidade política e social que rodeou a proclamação, pela FRETILIN, da República Democrática de Timor Leste<sup>5</sup>, a ex-colónia portuguesa de Timor viu-se transformada, logo em Julho de 1976, na 27ª província daquele país asiático.

**Quadro 1 - Algumas informações sobre o período colonial português**

anos	população (milhares)	PIB per capita (Escudos)	estudantes do ensino primário	volume total de comércio (export+import) (milhões de escudos)
1960	517	161	6076	98,6
1972	627	414	57574	326,2

A guerra que a Indonésia travou no local nos anos posteriores à invasão para tentar dominar a população (cuja fase mais intensa se estendeu de 1976 a 1980) saldou-se por uma destruição significativa das estruturas físicas então existentes, pela destruição das estruturas sociais e políticas mais tradicionais entre o povo timorense --- nomeadamente o poder dos *liurais* e a importância relativa da família alargada --- e por uma quase paralisia da actividade económica (agricultura, comércio interno, comércio internacional)<sup>6</sup> a que não é estranha, nomeadamente, a política de transferência das populações de uma zona para outra a que se procedeu com o intuito de desestruturar as estruturas sociais e políticas tradicionais acima referidas.

Tudo junto, ter-se-á verificado uma contracção da economia timorense em cerca de 50% durante o período 1975-80. O resultado foi uma fome que, conjuntamente com

<sup>4</sup> - Este ponto aproveita muito do texto acima referido na parte em que ele se refere a este período histórico

<sup>5</sup> - A História deste período ainda está por fazer mas é para nós evidente que o contexto geo-estratégico da região e a super-sensibilidade do regime político da Indonésia saído do golpe de 1966 em relação a tudo quanto fizesse lembrar o comunismo aconselhavam a maior prudência. Mas não era só a Indonésia que estava muito sensível...É bom não esquecer que o Secretário de Estado americano, Kissinger, saiu de Jakarta na véspera da invasão e que os australianos se sentiam também muito inseguros. E tudo isto se passava muito pouco tempo depois do desastre americano no Vietname e consequente tomada do poder pelos comunistas em Saigão. Como dizem os nossos primos brasileiros, o bom senso aconselha que “não se deve cutucar a onça com vara curta”; ora foi isso que a FRETILIN fez... A ‘onça’ limitou-se a confirmar que os brasileiros têm razão...

<sup>6</sup> - vd SALDANHA, J. M. et al. *Economic viability of East Timor revisited: outlook for the 21st century*, paper presented at *East Timor's Strategic Development Planning Conference*, Melbourne 5-9 April 1999 (<http://www.ozemail.com.au/~cnrt/papersecon1.htm>)

a repressão directa, terá custado a vida de cerca de 100 mil timorenses <sup>7</sup>. Neste processo foram também abatidas centenas de milhares de cabeças de gado, uma das bases da economia tradicional do povo timorense.

Estes foram alguns dos instrumentos fundamentais utilizados para destruir a independência económica das populações, tornando-as dependentes do poder político (e económico): em Timor o produto com origem no sector público tinha, em 1989, um peso muito superior ao das outras províncias indonésias (quase 1/4 do PIB, contra 6,6% em Jakarta e 18,2% em Sulawesi, por exemplo).

Depois da devastação dos primeiros cinco anos de poder (colonial ?) indonésio, seguiu-se uma política de recuperação económica como parte integrante do processo de (tentativa) de integração/dissolução do povo de Timor no seio da 'grande família' indonésia. Entre 1980 e 1994 o PIB *per capita* subiu cerca de 6%, em média, em cada ano, quase duplicando entre o início e o fim do período (de 112 mil rupias em 1980 para 203 mil em 1994 <sup>8</sup>). O comércio internacional, que em 1980 tinha sido apenas de 8.500 toneladas, aumentou para 39.500 tons em 1985 e para 283 mil em 1990. Também a população animal aumentou muito.

Nos últimos anos anteriores à crise desencadeada em 1997, o ritmo de crescimento foi também muito elevado, situando-se a taxa média de crescimento do PIB no período 1994-96 nos cerca de 10%. Note-se (vd. quadro abaixo) que os sectores que mais contribuíram para tal crescimento foram a 'construção' e a 'administração pública', logo seguidos dos 'outros serviços' e do 'comércio, hotéis e restaurantes'. Por outro lado, sectores como o agrícola - que representa mais de 90% da população — e o das manufacturas, não conheceram qualquer esforço significativo de desenvolvimento, o que se traduziu numa baixíssima percentagem de contribuição para o crescimento da produção.

Tudo isto diz bem da forma como a Indonésia via o desenvolvimento da sua província de Timor Timur: um território em que não valia a pena investir em actividades mais directamente produtivas mas apenas criar, através da administração pública e da construção de infra-estruturas, alguns postos de trabalho que permitissem manter uma aparência de crescimento que 'calasse' os timorenses --- apesar de uma parte significativa da administração pública ser efectuada por transmigrantes (cidadãos provenientes de outras ilhas da Indonésia) e não por originários de Timor Oriental.

Note-se que outra característica deste poder (colonial) indonésio foi o facto de ele se ter efectuado sob a influência directa do poder militar do país e com um intuito deliberado: extrair do território o máximo de rendimento possível sob duas formas fundamentais e não necessariamente independentes entre si: exploração das riquezas próprias (café, mármore, sândalo, etc.); e produto da corrupção que sempre estava associada --- tal como na 'mãe-pátria'... --- à realização de obras de infra-estrutura e similares. Quanto a estas, sublinhe-se que a preocupação era a de fazer 'mais', à custa de fazer 'melhor', já que 'mais' significava mais contratos e a estes estava inevitavelmente associado um processo de distribuição de 'benesses' pelos vários

---

<sup>7</sup> - A 'factura' humana total do domínio indonésio sobre Timor Leste nunca poderá ser estabelecida mas muitos autores acreditam que, sem contar com os acontecimentos que se seguiram ao referendo, terão morrido cerca de 200 a 250 mil timorenses

<sup>8</sup> - Esta informação estatística, como quase toda a relativa ao período entre 1975 e a actualidade, é de SALDANHA. J.M. et al. (1999); vd acima a referência completa

escalões (da administração pública e não só) que intervinham na concepção, autorização e concretização dos investimentos.

**Quadro 2 - Crescimento económico em Timor no final da Administração indonésia**

	Crescimento real anual (%)				Contribuição para o crescimento real (%)			
	1994	1995	1996	Média (3 anos)	1994	1995	1996	Média (3 anos)
PIB total	<b>10,0</b>	<b>9,4</b>	<b>10,8</b>	<b>10,1</b>	<b>10,0</b>	<b>9,4</b>	<b>10,8</b>	<b>10,1</b>
Agricultura	1.3	-4.3	11.6	2.7	0.4	-1.2	2.8	0.8
Minas e pedreiras	4.5	14.8	14.2	11.0	0.0	0.1	0.1	0.1
Manufaturas	16.0	21.4	7.9	15.0	0.5	0.6	0.3	0.5
Electricidade e água	6.0	18.1	35.1	19.1	0.0	0.1	0.2	0.1
Construção	14.5	16.2	5.8	12.1	3.0	3.5	1.3	2.8
Administ. Pública	9.2	13.9	11.6	11.6	2.0	3.0	2.6	2.7
Comércio, hotéis e restaurantes	29.3	4.1	9.6	13.8	2.7	0.4	1.0	1.5
Outros serviços	9.1	20.1	16.3	15.1	1.3	2.8	2.5	2.4

Fonte: EAST TIMOR JOINT ASSESSMENT MISSION *Macro-economics background paper*, WB+IMF, Washington, DC, Novembro/1999, Annex 3, pg 11

Note-se que vários observadores, nomeadamente timorenses, põem em dúvida a veracidade destes números, atribuindo-lhes uma intenção essencialmente política: a de propagandear uma melhoria da situação económica que poucos dizem reconhecer na realidade.

Entretanto, deu-se uma progressiva alteração da estrutura da produção, com a agricultura a perder quase 1/3 do seu peso entre 1983 e 1994: de 44,5% para 30,9%. Os outros dois sectores mais importantes eram o da Administração e Defesa, com 21,2% em 1994 (21% em 1983), e o da Construção, com 18% neste ano (12% em 1983).

As manufaturas e os serviços, os dois sectores produtivos mais característicos de uma estrutura produtiva mais moderna, não representavam mais do que 3% e 4%, respectivamente, em 1994, o que dá bem uma ideia do baixíssimo nível de desenvolvimento das forças produtivas do país. Este panorama não se alterou significativamente até ao fim da administração indonésia.

O esforço 'desenvolvimentista' referido não foi, no entanto, suficiente para colocar Timor Timur a par das restantes 26 províncias. Por exemplo, em 1994 o rendimento *per capita* em Timor era de cerca de 740 mil rupias (o segundo mais baixo) mas a média da Indonésia era de quase 2 milhões de rupias. A esperança de vida à nascença, com uma média de 55 anos, era também das mais baixas do país, o qual tinha uma média de 58 anos --- 65,6 anos em 1998 segundo o *Relatório do Desenvolvimento Humano de 2000*, publicado pelo PNUD.

Segundo dados recentemente divulgados pela UNTAET (United Nations Transitional Administration in East Timor) <sup>9</sup>, o PIB per capita de Timor Leste era, em 1998,

<sup>9</sup> - UNTAET and World Bank *Background paper for donors' meeting on East Timor*, Lisbon, Portugal, 21-23 June 2000

de 424 USD, sendo cerca de 30% a população abaixo da linha de pobreza (o dobro da que se verificava, em média, na Indonésia); a taxa de mortalidade infantil era de 124 por mil nados-vivos.

Outro indicador da situação do território quer em termos absolutos quer em termos relativos (no contexto indonésio) é o do consumo anual por família (*per capita household consumption*) de petróleo doméstico (querosene), a principal fonte de energia na região. Este consumo <sup>10</sup> era de 483 rupias em Timor Leste, contra 786 na província de East Nusa Tenggara (que inclui, além de outras ilhas, a parte ocidental da de Timor) e 1838 na capital, Jakarta. Tomando esta como o índice 100, Timor Leste tinha um índice de 26,2, isto é, pouco mais de ¼ do valor da capital (o valor mais elevado era o da província de Java Ocidental, com 1964).

Timor encontra-se também no fundo da tabela quando a comparação é feita com outros pequenos países insulares do Pacífico, a maior parte deles com uma dotação de factores naturais não muito diferente de Timor.

Por exemplo, em 1993 o rendimento *per capita* de Timor era de 293 USD quando Vanuatu, um dos mais pequenos países do Mundo com os seus 157 mil habitantes, tinha um rendimento de 1230 USD. As ilhas Fiji, com uma população semelhante à de Timor (cerca de 800 mil habitantes), tinha um rendimento *per capita* de 2050 USD, sete vezes superior.

O *Macro-economics background paper* elaborado pela Joint Assessment Mission organizada pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional para avaliar a situação do país após a violência de Setembro/99 sintetiza assim a economia de Timor no período imediatamente anterior aos acontecimentos deste mês:

Antes da recente crise, Timor Leste era acima de tudo uma economia agrícola, com uma única exportação mais importante (o café) e cerca de 90% da população a viver nas zonas rurais. A auto-suficiência alimentar não estava assegurada e alimentos como o arroz, a farinha, o milho e o açúcar tinham de ser importados. A ilha era uma das áreas mais pobres do Sudeste Asiático, com graves problemas de iliteracia, má nutrição, malária e tuberculose. De acordo com as estatísticas oficiais, a esperança de vida à nascença em 1996 era, em média, de 52 anos, enquanto que a média nacional da Indonésia era de 61,5 anos; a taxa de mortalidade infantil estava entre as piores do mundo (149/1000 em 1996 de acordo com a UNICEF). Estimava-se que cerca de 30% das famílias - o dobro da percentagem do conjunto da Indonésia - estavam abaixo da linha de pobreza. O PIB *per capita* em Timor Leste era equivalente a US\$ 431 em 1996, quando a média nacional era de US\$ 1153.

Oficialmente o país dependia fortemente de transferências do governo indonésio; cerca de 85% das despesas correntes e de investimento eram cobertas por estas transferências. Tendo em consideração vários métodos de sub-avaliação das exportações efectivas de Timor, um (que se suspeita) elevado nível de corrupção e outras ineficiências administrativas, o verdadeiro fluxo de recursos para Timor Leste era provavelmente consideravelmente inferior ao referido." <sup>11</sup>

---

<sup>10</sup> - Estatísticas citadas em AHMAD, Ehtisam e LERUTH, Luc *Indonesia: implementing national policies in a decentralized context: special purpose programs to protect the poor*, IMF Working Paper 102/2000 (WP/00/102), IMF, Washington, DC, June 2000, table 2, pg 5

<sup>11</sup> - East Timor Joint Assessment Mission *Macro-economics background paper*, policp. Novembro/1999 (Washington, DC), pg 1



Note-se que a situação dos timorenses por nascimento era, em geral, ainda pior do que estes números deixam transparecer já que se verificava uma distribuição desigual dos frutos do crescimento económico posterior a 1980 de que beneficiavam, em primeiro lugar, os imigrantes oriundos de outros locais da Indonésia. Estes, chegados em grande número desde 1989, dominavam os sectores mais modernos e a grande maioria dos lugares de responsabilidade média e superior da Administração Pública.

Esta população transmigrante indonésia --- que incluiu militares, forças de segurança, pessoal da Administração Pública, agricultores a quem foi cedida terra, etc. - -- representava cerca de 20% da população pré- crise de Setembro/99 mas tinha um peso económico e político muito superior, tudo contribuindo para que Timor se assemelhasse a qualquer outro país colonizado.

Instrumento fundamental da colonização económica de Timor Timur foram os grupos económicos controlados pelas estruturas militares e políticas indonésias, a começar pela família directa do ex-Presidente Suharto.

Tudo isto, que visava a integração/dissolução do povo timorense na Indonésia, acabou por contribuir para aumentar o ressentimento da população local em relação ao poder político e económico instalado pois este portava-se, afinal, mais como ocupante colonial do que como dinamizador do bem estar da população local entendida como fazendo parte da nação indonésia. Do ressentimento ao alimentar da esperança na verdadeira independência foi um passo que, como se sabe, foi catalisado pela igreja católica timorense e, em geral, pelas forças da resistência.

Mas, há que reconhecê-lo, aquele esforço desenvolvimentista do período pós-1980 produziu também alguns frutos positivos. Refira-se, nomeadamente, o efectivo desenvolvimento das infra-estruturas físicas --- nomeadamente estradas --- mesmo que ele tenha sido motivado por razões não apenas económicas --- como, por exemplo, o facilitar a movimentação dos efectivos militares (o que já Roma fazia...).

Outro desenvolvimento foi o que se verificou ao nível do ensino, com um alargamento da taxa de escolarização da população e um aumento significativo do número de estudantes universitários --- mesmo que alguns não encontrassem depois em Timor empregos à altura da sua formação, optando por se fixarem em outras partes da Indonésia. Registe-se também o facto de, ainda que só tardiamente e com um limitado leque de especialidades, ter sido criada em Dili uma Universidade (cujos alunos desempenharam um papel importante no confronto do ocupante indonésio).

Esta situação estrutural deve ser enquadrada, quanto à situação em 1999 (ano do referendo em Timor e consequente opção por um caminho autónomo em direcção a Timor Lorosa'e), na profunda crise económica (e depois social e política) em que a Indonésia mergulhou depois de Julho de 1997, na sequência da crise das economias da Ásia Oriental iniciada (?) com a desvalorização do *baht* tailandês em 2 de Julho desse ano. De facto, o fim de Timor Timur não é estranho a --- antes é filho de... --- esta crise económica, social e política.

Foi esta situação e complexa situação política interna da Indonésia que esteve na origem da aceitação, pelo ex-Presidente Habibie, da realização de uma consulta popular ao povo de Timor sobre os seus reais desejos: permanecer integrado na Indonésia com um estatuto autónómico relativamente amplo ou a independência total.

É sabido qual foi o resultado dessa consulta, realizada em 30 de Setembro de 1999: uma vitória esmagadora (quase 80%) da opção pela independência e uma vaga de violência que poucos suspeitavam vir a ser possível nos dias de hoje e que resultou, nomeadamente, num número de vítimas e de deslocados que ainda hoje é difícil de contabilizar <sup>12</sup>.

A história destes dias e dos seus principais responsáveis está ainda por fazer mas é evidente a muitos observadores no local que os piores autores da tragédia foram os próprios soldados indonésios --- mais que as milícias --- e que estes terão actuado de acordo com um plano definido pelas suas chefias.

A 'ponta do iceberg' das consequências da agitação que se seguiu à divulgação dos resultados do referendo continua, hoje, bem à vista de todos: fuga de algumas centenas de milhares de timorenses para locais exteriores à sua residência habitual (incluindo para outras ilhas da Indonésia) e a enorme destruição de capital físico (mais intensa em Dili e na metade ocidental de Timor Leste e que inclui principalmente edifícios públicos, habitações particulares, mas também um enorme e diversificado acervo documental <sup>13</sup>).

Esta destruição e a de tantos outros bens, resultou numa quebra da produção que se estima em cerca de 40-45% e numa queda de empregos disponíveis que atirou a taxa de desemprego para os cerca de 80% --- pelo menos nas zonas urbanas, nomeadamente em Dili, já que nas zonas rurais a sua situação específica torna difícil a contabilização dos desempregados <sup>14</sup>. A capital tem vindo a atrair alguns antigos residentes em zonas rurais pois é aí que, apesar de tudo, ainda existe a possibilidade de obtenção de algum rendimento --- nomeadamente através da participação num mercado a que se convencionou chamar 'paralelo' (o que em Timor não terá muito significado porque não se sabe muito bem qual é o 'oficial'...)

Quanto ao número de deslocados internos, será difícil saber os valores exactos mas quanto aos que se refugiaram na metade ocidental de Timor sabe-se que, no auge do fenómeno, terão sido mais de 260 mil. Destes, 162 mil <sup>15</sup> já regressaram ao país mas cerca de 100-120 mil ainda permanecerão em Timor

---

<sup>12</sup> - Entre a situação subjacente ao grito de "Estão a matar-nos a todos!", claramente exagerada mas que desempenhou a sua função propagandística (e histórica) de obrigar a desencadear a acção militar pela INTERFET, e os cerca de 1500 mortos identificados até meados de 2000, a verdade será difícil de estabelecer até porque há fortes suspeitas de que muitos terão sido os 'enterrados' no mar alto

<sup>13</sup> - Um balanço feito por uma missão conjunta do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional refere que 95% do espaço comercial de Dili foi destruído e queimado, que todos os 8 bancos comerciais foram destruídos, tendo sido (aparentemente) removidos para a Indonésia todos os seus valores e registos, que 100% dos edifícios, stocks e veículos utilizados pelas empresas de venda por grosso foram destruídos, que os equipamentos da única fábrica têxtil foram removidos para a Indonésia, as telecomunicações foram muito danificadas. Vd East Timor Joint Assessment Mission *Macro-economics background paper*, policp. Novembro/1999 (Washington, DC)

<sup>14</sup> - Vd. "East Timor rebuilds" in ASIaweek, vol. 26, nº 15, 5/Maio/2000 (tal como consta de <http://cnn.com/ASIANOW/asiaweek/magazine/2000/0505/biz.timor.html>)

<sup>15</sup> - Valor do relatório da UNTAET à reunião de doadores realizada em Lisboa. Vd referência noutra local

Ocidental, admitindo-se que pelo menos metade corresponda a pessoas que não pretendem regressar a Timor Leste nos tempos mais próximos. Dos restantes, muitos não regressam por razões económicas --- a falta de empregos em Timor Leste dificultar-lhes-á a sobrevivência --- e muitos, embora o pretendam fazer, estão condicionados na sua liberdade de movimentos pela continuada presença de elementos das milícias nos campos de refugiados instalados na parte indonésia da ilha de Timor.

A evolução do nível de preços no país é difícil de determinar por não haver uma recolha sistemática e consistente de elementos que permitam construir uma medida apropriada da taxa de inflação. Porém e quanto ao nível absoluto dos preços (e não à sua taxa de variação global), as informações recolhidas pelos serviços da UNTAET permitem concluir que se estará hoje num nível mais elevado (quanto?) do que antes da crise iniciada com o referendo. Note-se, porém, que o principal alimento da população, o arroz, tem hoje um preço semelhante ao anterior. No entanto, outros elementos do 'cabaz de compras' (como, por exemplo, os transportes) estão mais caros devido ao fim dos subsídios aos preços praticados pelo poder indonésio.

O fim destes, que se insere numa política de 'verdade dos preços' e de livre funcionamento do mercado tão cara às instituições internacionais, tem sido, de facto responsável por uma subida significativa dos preços em relação ao período de administração indonésio e em relação a Timor Ocidental.

Mas não é só neste domínio que a política da UNTAET de não interferir com o funcionamento livre (?) do mercado em Timor tem produzido efeitos significativos de ruptura --- excessiva... --- com o passado recente. Outro caso é o que se passa com os mecanismos de comercialização rural. De facto, a nova situação trouxe consigo o fim de uma ou outra instituição oficial de comercialização dos produtos originários da agricultura familiar e o quase desaparecimento de outros intermediários (nomeadamente privados) na comercialização agrária. O resultado é a dificuldade que os camponeses têm actualmente para escoar os seus produtos e a enorme diversidade de preços entre as diversas regiões quer por falta de informação --- elemento essencial do funcionamento dos mercados... --- quer por dificuldades de circulação das mercadorias entre as diversas partes do território nacional devido à falta de intermediários e ao mau estado de muitas vias de comunicação nas zonas rurais.

Elemento determinante da formação de preços são os salários. Ora, numa sociedade em que os empregos remunerados no sector privado quase desapareceram, eles tenderão a ser determinados pelos praticados na administração pública nascente. Na sequência de uma opção do CNRT, foi decidido que o corpo de funcionários não deverá ultrapassar os cerca de 9000, quando na reunião dos doadores em Tóquio se tinha estimado que eles seriam 12 mil <sup>16</sup>. A

---

<sup>16</sup> - Note-se que o valor fixado recentemente (9 mil) está muito próximo do sugerido por dois economistas timorenses em documento apresentado na 'Conferência de Melbourne' organizada em Abril/1999 pelo CNRT. Vd SALDANHA, João Mariano e COSTA, Helder da *Economic viability of East Timor revisited. Outlook for the 21st Century*, policp., vd em <http://www.ozemail.com.au/~cnrt/papersecon1.htm>

opção tomada vai no sentido de ter um número menor de funcionários mas mais bem pagos --- o salário médio actualmente fixado é de 134,1 USD/mês ( $\pm$  28 mil escudos PTE), cerca de 50% superior ao previsto inicialmente apesar de ser relativamente baixo --- e com uma estrutura em que têm maior peso relativo do que o que fora estimado inicialmente o número de funcionários com alguma qualificação, em detrimento de uma base alargada de funcionários das categorias mais baixas <sup>17</sup>.

A UNTAET vê com alguma preocupação esta opção pois receia que estes níveis salariais, bem superiores à média na região --- principalmente na Indonésia pós-crise asiática de 1997 ---, venham a pôr em causa a competitividade externa do país. Não cremos, no entanto, que face à actual situação de Timor este seja motivo para grande preocupação nesta perspectiva já que é muito provável que a fraqueza da economia timorense, a sua diminuta participação nas relações económicas internacionais e o tipo dessa inserção (nomeadamente via sectores --- todos!... --- em que Timor é um mero *price taker*) façam com que o custo da mão-de-obra seja pouco relevante para a determinação da competitividade externa do país --- pelo menos nos anos mais próximos.

As únicas excepções mais evidentes poderão vir a ser o sector do turismo e um ou outro sector industrial que se poderia vir a instalar em Timor --- nomeadamente através de algum processo de 'deslocalização' para beneficiar da possível (?) dupla pertença de Timor a dois espaços económicos regionais (AFTA e Pacífico Sul).

O primeiro poderá, de facto, vir a sofrer na sua capacidade de concorrência em relação à Indonésia, nomeadamente a Bali --- isto se aceitarmos que o preço é, aqui, um factor determinante das opções dos turistas, o que para nós não é evidente em relação ao provável tipo de turismo a desenvolver no país e à proporção destes custos no total, onde os custos de transporte tenderão a ser mais importantes e a justificar uma atenção especial <sup>18</sup>.

Mas há duas outras dimensões que, se descuradas, poderão vir a tornar-se preocupantes.

A primeira é a de que os empregos na administração pública se tornem proporcionalmente mais atractivos do que é habitual na maior parte dos países, mesmo nos ditos 'em desenvolvimento'. Isto pode gerar um movimento de pressão no sentido de alargamento dos quadros administrativos que será tanto maior quanto maior for a dificuldade (como cremos que virá a acontecer) do sector privado em gerar o volume de empregos necessários à absorção da mão-de-obra disponível e quanto menor for a capacidade dos dirigentes do país resistirem à tentação (fácil) para satisfazer os pedidos dos inúmeros 'primos' que sempre aparecem nestas ocasiões... Num país que durante a administração indonésia se habituou a uma percentagem de funcionários públicos muito superior à usual (já referimos acima que

---

<sup>17</sup> - Vd Relatório da UNTAET à conferência de Lisboa, Junho/2000

<sup>18</sup> - Note-se que o custo actual de uma passagem aérea entre Darwin (actualmente a principal porta de entrada no país) e Dili corresponde a pouco menos que o preço promocional que algumas companhias aéreas praticam entre a Europa e Hong Kong! E isto para um percurso que é cerca de 1/10 deste último. É assunto a rever no futuro se se quiser dinamizar o turismo estrangeiro. O mesmo se passa com o preço dos alojamentos, dignos de alguns hotéis de 5 estrelas de algumas das grandes cidades do mundo!...

Timor Timur era a província indonésia com maior volume de funcionários em relação à população), não é de admirar que tal pressão venha a ser, de facto, muito forte .

A segunda dimensão que justifica uma atenção especial é a de que este nível de salários venha a exercer pressões sobre as contas externas, nomeadamente sobre as importações. Estas serão tanto mais importantes quanto maior for o diferencial de preços e salários em relação à metade ocidental da ilha, onde uns e outros são, pelo menos para já, mais baixos.

De realçar ainda em relação à actual situação económica é o facto de se estimar que ela estará a recuperar, face à situação pós-destruições de Setembro/99, a uma taxa de cerca de 15%/ano <sup>19</sup>. Se for possível manter-se este ritmo, bastarão cerca de 4 anos para Timor recuperar da queda de produção que se verificou. Isto poderá não ser muito difícil se se assegurar a efectiva implementação dos projectos de reconstrução das infra-estruturas a ser financiados pelos fundos de apoio a Timor Leste especialmente criados para o efeito <sup>20</sup>.

Entretanto, na sequência de pressões exercidas pelo CNRT e de uma análise política que concluiu pela necessidade de envolver o mais rapidamente possível os timorenses - através da sua liderança - no processo de (re-)construção do seu próprio país e de colaborar no seu '*learning by doing*' (da governação), a ONU resolveu constituir um governo provisório, não eleito, com uma participação paritária entre dirigentes da UNTAET e de Timor <sup>21</sup>.

Este passo surge no momento em que, terminada a 'fase de emergência' no auxílio ao país, começa verdadeiramente a de reconstrução nacional e parece ser uma resposta às críticas do CNRT e de muitos observadores quanto à (pouca) eficácia da gestão da UNTAET durante os seus primeiros seis meses. O governo tomou posse no dia 15 de Julho de 2000, sendo o primeiro passo para a efectiva autodeterminação e independência de Timor Lorosa'e.

A referida (pouca) eficácia da actual Administração manifesta-se a diversos níveis e constitui mais um dado do problema actual que é a recuperação económica do país. De facto, o próprio responsável máximo da UNTAET aceita (pelo menos

---

<sup>19</sup> - vd Relatório da UNTAET, pg 14. Infelizmente, nele não se adianta muito sobre os dados de base que permitem fazer tal estimativa. Tomamo-la, assim, com as devidas reservas

<sup>20</sup> - Estes incluem fundamentalmente, para além das diversas cooperações bilaterais e dos gastos que estão a ser efectuados pelas mais diversas Organizações Não-Governamentais, o *Trust Fund for East Timor* (TFET)

<sup>21</sup> - O governo provisório de Timor tem oito responsáveis, quatro indicados pelo CNRT e outros tantos pela UNTAET. Ao primeiro couberam as pastas das infra-estruturas (João Carrascalão, Presidente da UDT, um dos partidos que integram o Conselho Nacional de Resistência Timorense), da economia (Mari Alkatiri, Secretário da Fretilin, advogado), dos assuntos sociais (padre Filomeno Jacob, um doutorado em Antropologia em Londres) e da Administração Interna (Ana Pessoa, advogada). Os representantes da UNTAET são responsáveis pela Polícia e Serviços de Emergência, Justiça, Finanças e Assuntos Políticos.

Note-se que esta distribuição atribui enormes responsabilidades aos representantes timorenses, colocando-os nas posições mais expostas ao julgamento público por serem elas que influenciam mais directamente o dia-a-dia da população. Cremos que é um risco demasiado elevado para o CNRT sem que ele tenha todos os meios (incluindo financeiros - as pastas que ocupam deverão representar a grande maioria do orçamento de Estado mas o 'ministro das finanças' é (sabidamente...) outro... --- mas também humanos) necessários para fazer face às tarefas que lhe são cometidas. O futuro dirá se temos ou não razão. Esperamos não a ter...

parcialmente) esta crítica, a qual parece inevitável quando se constata que a taxa de execução financeira do Trust Fund constituído para apoiar a reconstrução do país era, em meados de Junho/2000, de cerca de 10% (desembolsos de USD 3,1 milhões contra depósitos de 34 milhões). A situação foi justificada com factores como a burocracia própria da ONU, as dificuldades logísticas --- p.ex., o porto não terá capacidade para movimentar volumes importantes de carga --- e o facto de o primeiro semestre de actuação da UNTAET ser principalmente de planeamento da acção a desenvolver a partir do início do segundo semestre de 2000 (vd. Relatório da UNTAET citado, pg 8).

Para além desta informação 'objectiva' sobre a 'produtividade' da administração da ONU há toda uma série de pequenos indícios, muitos deles essencialmente 'qualitativos' e resultantes de experiências pessoais de algumas pessoas entrevistadas, que confirmam esta análise. É muito provável que a 'forma' dessa administração seja responsável por parte destes (fracos) resultados, sugerindo uma revisão do funcionamento deste tipo de acções para as quais a ONU não está preparada --- nem vocacionada.

Parte do problema daquela (in-)eficácia resulta de factos como a constituição do corpo de funcionários internacionais: originários de cerca de 50 países (culturalmente) diferentes, em que muitos têm pouca capacidade de articulação entre si (o que obriga a um enorme esforço de definição de conceitos e de *modus operandi* comuns) e com a sociedade e a cultura locais (a barreira da língua é uma realidade omnipresente mas não serve de desculpa para tudo...) e em que vários se encontram a desempenhar funções inteiramente novas para eles e para as quais, num número significativo de casos, não têm formação específica (como o geógrafo, com um sorriso que só os japoneses sabem fazer, a quem foi cometido o trabalho de recolher e tratar a informação sobre os preços) <sup>22</sup>.

## ***Parte II - Algumas reflexões sobre o desenvolvimento, hoje***

Não cabe neste texto uma síntese do que tem sido o processo de evolução sobre o conceito de desenvolvimento e os contornos das estratégias e das políticas económicas que o traduzem. Porém, parece-nos essencial deixar aqui a referência a alguns elementos daquele(s) debate(s) que são essenciais para enquadrar as orientações a definir na parte seguinte.

Aceitamos explicitamente que o debate sobre o 'crescimento' e o 'desenvolvimento' está desde há muito ultrapassado a favor deste último e que este assume para nós essencialmente a forma que resulta da sua qualificação como

---

<sup>22</sup> - Uma imagem quase caricatural do que podem ser estes funcionários e que não deve servir para denegrir o verdadeiro espírito de missão que anima muitos deles é o caso da técnica australiana que defendia entusiasticamente a introdução e divulgação da internet com o argumento de que isso permitira que um agricultor timorense do distrito de Suai (um dos distritos da parte sul da ilha mais massacrados pelas milícias em Setembro/99) pudesse saber, através dela, as cotações internacionais e nacionais dos vários produtos agrícolas e assim melhor decidir o que produzir e onde vender. *No comments!...*

'humano'. Esta decorre, nomeadamente, dos trabalhos que vêm sendo efectuados pelo PNUD-Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e que se traduziram, a partir de 1990, na publicação anual do *Relatório do Desenvolvimento Humano* e no cálculo do Índice respectivo (o IDH).

Aceitar isto significa que temos como bom o entendimento de que o dinheiro --- leia-se 'o rendimento', mesmo que medido pelo método da paridade dos poderes de compra --- não é tudo na vida... A 'qualidade' desta inclui também o bem estar físico (no sentido de 'saúde') e o bem estar intelectual (no sentido de 'nível de educação', que não apenas (mas também) o 'nível de instrução formal'.

A conclusão que se retira daqui em termos de definição de uma estratégia de desenvolvimento e das políticas destinadas à sua implementação é a de que umas e outras se devem preocupar com todas aquelas vertentes e não apenas com uma delas, do que resulta que as medidas de política económica a implementar devem ser decididas --- e depois avaliadas! --- tendo em consideração os seus efeitos naquelas dimensões da vida humana. Naturalmente, cada uma terá impactos quantitativa e qualitativamente diferentes (por vezes, até, contraditórios entre si) sobre cada um daqueles objectivos e as opções a tomar deverão ter em atenção tais efeitos.

Mais, sendo conhecido que nenhuma sociedade humana é constituída por elementos totalmente homogéneos nos seus interesses e condições para os prosseguir, deve-se reconhecer desde o início tal facto e centrar a atenção não na homogeneização da forma de cada indivíduo viver a sua vida mas sim na maximização da homogeneidade das condições de cada um aceder a uma vida mais 'humana' e que ele adaptará, depois, às suas condições e interesses sem que isso signifique uma redução das possibilidades dos seus semelhantes fazerem o mesmo.

A preocupação acima tem (pelo menos) três vertentes essenciais: primeira, a de que a todos os agentes sociais deve ser assegurado um nível mínimo --- *whatever it means* em termos de valores absolutos de satisfação das várias dimensões (materiais, de saúde e intelectuais) da vida humana --- que lhes permita ter uma vida considerada como 'digna' e autosustentada (i.e., sem correr o risco de ser posta em causa a dignidade da vida por qualquer acidente de probabilidade relativamente 'normal' como seja, por exemplo, uma fase temporária <sup>23</sup> de desemprego). Aquele 'nível mínimo' é, para numerosos autores e para nós também, o que, para simplificar, designamos por 'limiar de pobreza'.

A segunda vertente é a de que faz parte daquela 'dignidade' das condições de vida a efectiva participação de cada membro da sociedade na definição dos contornos e na formação do ambiente (económico, social, físico, ecológico, etc.) desta. Recorde-se a propósito deste aspecto que ele está hoje muito facilitado, a nível macro-social, pelas chamadas 'tecnologias da informação'. Note-se, porém, que nós incluímos também a dimensão mais 'micro-social', local, da vida humana,

---

<sup>23</sup> - Aqui levanta-se a questão de saber qual a duração deste período 'temporário'. Não é fácil responder à pergunta sem cair na facilidade de utilizar o definido na própria definição...

incluindo a que se refere à comunidade de inserção do indivíduo na sua vida dodia-a-dia.

A terceira vertente é a de que, se é verdade o que se disse nos parágrafos anteriores, ainda é mais verdade que isto se aplica ao próprio indivíduo. Isto é: que o principal instrumento da melhoria das condições de vida de cada um é a sua própria actividade pelo que há que assegurar-lhe os meios para a alcançar sejam eles materiais (nomeadamente o rendimento monetário ou não) ou imateriais (saúde, educação). Quanto aos primeiros, a sua origem poderá ser quer o exercício de uma actividade remunerada (por conta própria ou de outrem) quer o acesso ao crédito. Neste destacamos como especialmente importante para as camadas mais pobres da população o acesso ao microcrédito, de que o exemplo mais conhecido é o do Grameen Bank, do Bangladesh.

No que se poderá considerar uma pequena síntese do que está acima, recordemos, reformulando-o, o velho ditado chinês que nos fala de pobres, de peixes e de pesca: do que se trata é de 'dar a primeira cana de pesca' ou ensinar a fazer uma, 'ensinar a pescar', 'dizer onde estão mais e melhores peixes' e 'deixar alguma margem de manobra para o pescador decidir onde pescar, o que pescar e descobrir, ele próprio, outros locais de pesca'. Tudo isto ao mesmo tempo que se lhe ensina a 'distinguir as formas mais saudáveis de cozinhar o peixe', de o 'deixar decidir se quer comer o peixe cozido, de *bouillabaise* ou grelhado', de 'não deixar morrer o pescador de fome enquanto o primeiro peixe morde ou não o isco' e de lhe ensinar a 'cuidar do dedo se se picar no anzol'...

Ainda que não se limitando aos aspectos materiais, a 'qualidade de vida' de que se fala acima poderá ser bastante melhorada se os agentes sociais tiverem volumes significativos de rendimento monetário. Ora, neste domínio reconhecemos que a história económica dos últimos anos, nomeadamente a da Ásia Oriental, demonstra que as estratégias com uma forte orientação para o mercado internacional --- ou, pelo menos, que não discriminam negativamente este para favorecerem o mercado interno --- têm permitido uma mais rápida e mais generalizada e equitativa melhoria das condições de vida quando comparadas com outras zonas do globo mesmo que os seus resultados, nomeadamente neste último domínio (o da equidade da distribuição dos benefícios do desenvolvimento), não sejam uniformes entre os países e susceptíveis de estarem assegurados *ab initio*.

Reconhecer isto significa que aceitamos também que um grau importante de abertura das economias aos fluxos de comércio internacional poderá ser --- embora não esteja garantido que o seja --- um elemento importante do desenvolvimento nomeadamente se permitir as condições para um crescimento mais rápido da produção e se os rendimentos nela formada se disseminarem pelo conjunto do tecido social em vez de beneficiarem (quase exclusivamente) apenas um grupo --- por exemplo a chamada *burguesia compradora*.

Isto significa que, para nós, o crescimento económico (material) tenderá a ser, mas não está garantido que seja *ad initio*, 'pro poor' (a favor dos pobres). Por isso ele deve ser fomentado mas articulado com medidas que assegurem a disseminação dos seus efeitos pelo conjunto da sociedade e, em particular, por



aqueles grupos sociais que, à partida, não têm garantida uma sua participação suficiente nos benefícios do crescimento por, entre outras coisas, não terem o poder social e político suficiente para fazer sentir a sua voz e reivindicar o seu quinhão do paraíso...

Quanto fica imediatamente acima significa que alguém terá de assegurar o estabelecimento dos mecanismos de disseminação dos benefícios do desenvolvimento pelos diversos grupos sociais, em particular os de menor poder económico social. Esse 'alguém' é o Estado a quem caberá, pois, um papel essencial em todo o processo de desenvolvimento quer como facilitador/dinamizador do mesmo quer como garante da distribuição dos seus benefícios. Ora, um dos mecanismos essenciais desta última função é a contribuição para o estabelecimento de mecanismos de exercício de poder social pelos grupos menos dotados de tal poder.

Note-se que quanto fica dito resulta no reconhecimento de um papel central ao Estado quer no que respeita à facilitação do processo de desenvolvimento quer no assegurar da disseminação dos seus benefícios. Muito dependerá (?), aparentemente, dele e da sua capacidade de actuação 'de cima para baixo' ou do 'exterior para o interior' das comunidades .

Isto coloca desde já duas questões essenciais de natureza política: primeira, o de que o Estado --- mas o que é o Estado?!... --- acabará por ser, inevitavelmente, o palco de lutas sociais e políticas pelo seu controlo já que este é um elemento determinante do tipo, do nível e da distribuição de benefícios do desenvolvimento; segunda (articulada com a primeira), há que encontrar mecanismos de disseminação dos benefícios do desenvolvimento que não estejam totalmente dependentes da 'boa vontade' do Estado e da sua capacidade de actuação 'de fora para dentro' dos grupos sociais, pelo que há que dar a estes últimos a capacidade de actuarem 'de dentro para fora' e 'de baixo para cima'.

Ora, isto remete para a auto-organização das populações quer por iniciativa própria quer com a ajuda exterior às comunidades --- nomeadamente através de organizações não-governamentais de apoio ao seu *empowerment* socio-político mas também económico. E há um enorme espaço de actuação que se encontra ainda pouco explorado nas suas capacidades de dinamização do desenvolvimento ao nível micro-social mas que se reflectam no macro-social.

Temos, pois, que é essencial que a actividade do Estado enquanto agente social e de política económica se deverá orientar essencialmente pelo objectivo de assegurar ao maior número possível de cidadãos o acesso às condições que lhe permitam a satisfação das condições de uma vida digna --- o que implica acesso a rendimentos suficientes para tal, a um estado de saúde que não seja limitador da procura dessas condições e um estado de desenvolvimento intelectual que facilite tal procura. Assim sendo, a avaliação da acção do Estado deve ter em consideração a forma como contribui para a prossecução do objectivo acima referido.

Tais políticas económicas são, num Estado moderno, extremamente diversificadas no seu âmbito e incluem aspectos essencialmente relativos à

actividade económica e social 'interna' bem como à que estabelece a ligação entre a economia nacional e o resto do mundo.

No primeiro caso, para além das medidas relativas ao sector 'real' da economia --- e cujos princípios orientadores genéricos ficaram acima explicitados --- há ainda a destacar as relativas ao sector monetário-financeiro, verdadeira 'capa' que recobre toda a realidade económica de um país e que se articula com aquela economia 'real'. É tema que abordaremos adiante, nomeadamente quanto à questão (essencial) do regime cambial.

No segundo caso e como se salientou acima, há que reconhecer a partir dos exemplos históricos --- nomeadamente os dos países da Ásia Oriental <sup>24</sup> --- que uma economia aberta tem mais possibilidades de satisfazer as diversas necessidades dos vários agentes sociais em presença num determinado país. Mais, face às tendências actuais, deve-se reconhecer que a crescente globalização económica tem ocorrido a par de uma crescente integração das várias economias nacionais em espaços regionais (União Europeia, Mercosul, ASEAN, etc.) amplos e que passam a ser o quadro essencial de referência do desenvolvimento económico dos seus membros, em particular dos de menor dimensão e que, por isso mesmo, estão mais dependentes de mercados externos mais vastos para onde escoar a sua produção.

Quanto ao regime cambial a adoptar, a escolha dependerá de inúmeros factores mas é sabido que, qualquer que ele seja, estará intimamente ligado à maior ou menor flexibilidade da política monetária --- nomeadamente quanto à maior ou menor liberdade da emissão de moeda.

Assim sendo e porque entendemos que a política monetária é demasiado importante para que se abdique totalmente da possibilidade da sua utilização, entendemos que só em casos muito excepcionais se deverá optar por um regime cambial que comprometa a possibilidade da utilização daquela política --- o que acontece, por exemplo, no caso, muito em voga hoje em dia, da opção por um *currency board*.

Optar pela manutenção de algum grau de liberdade na política económica obriga, porém, a que haja uma cuidada utilização desta de modo a evitar que ela seja fonte de desequilíbrios na economia --- nomeadamente de uma inflação que, como se sabe, funcionará como um imposto sobre os pobres e os que recebem rendimentos fixos, beneficiando principalmente os que recebem rendimentos variáveis e mais fáceis de se ajustarem à variação dos preços. No entanto, a longo prazo todos serão prejudicados.

Uma política monetária responsável, não desequilibrante da economia, só é possível, por sua vez, no quadro de uma política fiscal relativamente equilibrada, não exigindo um esforço de financiamento que ponha em causa a boa gestão da política monetária. Por isso há que velar para que os saldos das contas públicas: (i) não obriguem ao seu financiamento por emissão monetária; e (ii) não exijam um financiamento que coloque em causa a disponibilidade de recursos para o

---

<sup>24</sup> - Sobre estas experiências históricas vejam-se, nomeadamente, os meus textos sobre a Coreia do Sul, Taiwan, Singapura e Malásia, todos publicados como documentos de trabalho do CEsa-Centro de Estudos sobre África e do Desenvolvimento em 1996. Vd. referências completas na bibliografia final.

necessário desenvolvimento do sector privado através do efeito de *crowding out* deste pelo sector público.

O que fica acima permite-nos introduzir a questão do papel do sector privado no processo de desenvolvimento.

Quando falámos do Estado referimos que uma das principais funções que lhe competem é a de facilitador/dinamizador do processo de desenvolvimento. Além disso, afirmámos também que um dos principais instrumentos da melhoria das condições de vida de cada indivíduo é a sua própria actividade. Estas afirmações conjugadas remetem para um reconhecimento de que cabe ao sector privado um papel fundamental, central, no processo de desenvolvimento. Este reconhecimento não contradiz em nada a evidente importância --- se não mesmo determinância em determinadas circunstâncias --- que damos ao papel do Estado na estruturação da sociedade nacional e, em particular, da estrutura económica de um país nos moldes em que salientámos até agora.

Estabelecido este pano de fundo e tendo em consideração o facto de uma parte muito significativa da população de Timor Lorosa'e viver em zonas rurais e se encontrar abaixo do limiar de pobreza já referido, aprofundemos alguns aspectos relativamente ao combate a esta última, em particular naquelas zonas <sup>25</sup>.

Pobreza é, no dizer de AMES et al. (2000), "uma inaceitável privação de bem estar humano" que compreende duas dimensões: uma fisiológica e outra social.

"A **privação fisiológica** envolve a não satisfação das necessidades básicas de natureza material ou biológica, incluindo a inadequação da alimentação, saúde, educação e alojamento. Uma pessoa será, pois, considerada pobre se for incapaz de assegurar níveis suficientes de bens e serviços que satisfaçam estas necessidades básicas. (...) A **privação social** alarga o conceito de privação para incluir o risco, a vulnerabilidade, a falta de autonomia, a falta de poder e a de auto-respeito." <sup>26</sup>

A amplitude do conceito de pobreza --- nomeadamente a inclusão de vertentes não monetárias e, por isso, a ultrapassagem de uma sua visão demasiado ligada ao rendimento ou à despesa/consumo --- implica, como já salientámos noutro local, que os instrumentos de política (económica) a utilizar sejam também, eles próprios, de uma natureza mais ampla e, por isso, mais diversificada, incluindo-se não apenas os de natureza material --- relacionados com a formação do rendimento ou a sua aplicação e distribuição --- mas também outros mais directamente relacionados com a melhoria do nível e do tipo de desenvolvimento humano <sup>27</sup>.

---

<sup>25</sup> - Bibliografia recente e importante nestes temas é, por exemplo: KHAN, Mahmood Hasan *Rural poverty in developing countries: issues and policies*, IMF Working Paper WP/00/78, April/2000, Washington,DC; IMF and WORLD BANK (Development Committee) *Building poverty reduction strategies in developing countries*, IMF+WB, Washington,DC, September 22, 1999; AMES, B. et al. 'Macroeconomic issues' in Ibidem

<sup>26</sup> - vd AMES, B. et al., op. cit., pg 2

<sup>27</sup> - vd. AMES, B. et al., op. cit., pg 2

Reconhece-se, no entanto, que o crescimento económico --- da produção e do rendimento nela formado --- desempenha um papel essencial no processo de luta contra a pobreza pois é fonte de recursos que poderão ser utilizados pelos agentes sociais (incluindo os pobres) na melhoria das suas condições de vida. É isto mesmo que se pode concluir de vários estudos estatísticos sobre a correlação entre rendimento e pobreza <sup>28</sup>. Condição necessária, o crescimento não é, no entanto, condição suficiente.

Além disso, a proporção em que o crescimento (uma determinada taxa de crescimento) se 'transforma' em redução da pobreza não é igual em todos os países e depende, nomeadamente, da composição do crescimento e da sua distribuição pelos diversos grupos sociais. Por exemplo, um crescimento que favoreça o sector rural e os sectores que utilizam mais intensivamente a mão de obra local tenderá a ser mais *pro poor* que outro em que se privilegie o desenvolvimento de sectores mais capital intensivos e com maior consumo de bens e serviços importados --- incluindo os sempre caros expatriados que animam a segunda principal indústria mundial (depois da de armamentos): a 'indústria da ajuda'.

Quanto aos pobres das zonas rurais, a sua pobreza tem variadíssimos determinantes que são específicos à sua condição. Elas incluem, entre outras, dificuldades no acesso à terra e a outras formas de capital físico (p.ex., instrumentos de trabalho de preço e tecnologia acessíveis), dificuldades de acesso a capital circulante --- nomeadamente sob a forma de (micro-)crédito apropriado ao financiamento da sua actividade produtiva ou, mesmo, de consumo, particularmente em épocas de má colheita ou antes da colheita seguinte ---, más infra-estruturas rurais --- nomeadamente de caminhos/estradas que facilitem o acesso aos mercados ---, deficiente acesso aos mecanismos de melhoria do capital humano (ensino formal, informação e formação técnica, etc), deficientes mecanismos de participação na definição do meio-ambiente económico-social das comunidades locais em que mais directamente se inserem, etc. <sup>29</sup>

Também a política económica pode contribuir para a manutenção do estado de pobreza --- nomeadamente nos casos em que há um enviesamento pró-cidade. É o que acontece, por exemplo,

1. quando se deixa valorizar demasiado a moeda nacional a ponto de ser mais barato importar do que consumir a produção interna de produtos agrícolas;
2. quando se fixam preços agrícolas que mal cobrem os custos de produção --- quando os cobrem...; e/ou,
3. quando, numa lógica defendida quer por alguma literatura e prática do 'socialismo real' quer por alguns autores 'capitalistas', se aplica aos agricultores um sistema de 'tesouras' que não lhes permite reter níveis suficientes de excedente económico susceptível de ser investido:
  - a. na melhoria das condições físicas de produção;
  - b. idem, do capital humano utilizado; e, se necessário,

---

<sup>28</sup> - Idem, pg 4

<sup>29</sup> - vd. sobre estes aspectos e outros da pobreza rural KHAN; Mahmood Hasan *Rural poverty in developing countries: issues and policies*, IMF Working Paper 78 (WP/00/78), Wasington,DC, April/2000, particularmente pg. 9 e seguintes

- c. na simples manutenção do nível de umas e de outras pelo simples assegurar da sobrevivência humana --- como será o caso em situações 'de ruptura' alimentar, não tão pouco vulgares como isso neste grupo de agentes sociais tão sensível aos mais diversos factores de risco na produção, nomeadamente a de perda da colheita.

Enfim, a luta contra a pobreza rural deve ter em consideração que esta tem várias fontes que KHAN (2000) sintetiza assim:

- “- fraca qualidade da terra e sistemas injustos da sua utilização económica;
- oportunidades de emprego instáveis e fraca remuneração do trabalho;
- acesso inadequado e caro ao capital financeiro (crédito) necessário para fazer face às necessidades de investimento e de consumo;
- fraca e inadequada qualidade das infra-estruturas físicas e sociais, particularmente baixo investimento público em educação, cuidados de saúde, saneamento básico, abastecimento de água, estradas, comunicações e energia [nas zonas rurais];
- falta de investigação adequada e de serviços de extensão rural para a transferência de tecnologia agrícola rentável; e
- ausência de redes de segurança social.” <sup>30</sup>

É com o pano de fundo aqui sintetizado nas suas principais linhas enformadoras que iremos analisar o caso concreto de Timor Lorosa'e, sugerindo algumas pistas para uma estratégia e uma política económicas que permitam ao (novo) país uma melhoria da sua situação económica que beneficie o maior número possível dos seus cidadãos, parte significativa dos quais vive nas zonas rurais em condições de grande pobreza.

### ***Parte III - Estratégia e políticas de desenvolvimento para Timor Lorosa'e: algumas propostas***

Refiram-se, em primeiro lugar, algumas das sugestões que já vimos formuladas por outros. No entanto, não as debateremos exaustivamente aqui até porque, na maior parte dos casos, são apresentadas de uma forma muito genérica.

Uma das propostas consta do *Macroeconomics background paper* elaborado pela East Timor Joint Assessment Mission do Banco Mundial e do FMI, um documento já referido noutros locais e que foi elaborado depois da destruição que o país conheceu em Setembro/99.

Aí se afirma que

“(...) the long term objectives of East Timor are twofold: (i) to ensure the new nation's continued political and economic autonomy and (ii) to establish and

---

<sup>30</sup> - vd op. cit. pg 16

sustain a productive and diversified economy with ample scope for the realization of economic initiative at all levels of the population. (...)

"The economy's current dependence on coffee production should be reduced by providing incentives for other agricultural, manufacturing and tertiary activity. At the same time, however, the excellent reputation of Timor's coffee suggests that more attention should be given to increasing yields though better management of the crop. (...)

"Every effort should be made to bring the benefits of increased wealth generation to all segments of the population. In many cases this will require providing seed capital for very small entrepreneurs via micro credit schemes".

<sup>31</sup>

Neste documento chama-se ainda a atenção para: (i) a necessidade de ter em consideração os possíveis efeitos (negativos) da *dutch disease* derivada da presença de um largo grupo de expatriados com uma capacidade financeira incomensuravelmente superior à população local - situação agravada no caso de Timor pela destruição existente e pelos potenciais recursos da exploração do gás no *Timor Gap*; e (ii) a necessidade de assegurar a sustentabilidade financeira de longo prazo do país.

Mais ou menos na mesma ocasião, o PNUD-Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento também elaborou um documento <sup>32</sup> com algumas sugestões quanto ao caminho a prosseguir.

Em boa parte devido à preocupação desta organização com o desenvolvimento sustentável e com a irradicação da pobreza, as suas propostas incluíam uma ênfase muito importante no desenvolvimento do sector agrícola, que mobiliza a maior parte da população activa timorense:

"No economic strategy for East Timor could be considered viable which did not include a strong focus on support for agricultural development. The sector is by far the largest absorber of employment in the territory. Increased output also offers the best prospects for reducing what is expected to be a quite chronic current account deficit within the territory's balance of payments. The agriculture development strategy should include:

- rehabilitation of areas destroyed or left fallow. Part of this process must include settling any issues relating to land tenure and access to land use;
- regeneration particularly of plantation crops which have not been renewed (such as coffee);
- development of new areas of agricultural endeavour, particularly in the southern regions and in sub-sectors such as basic cereals (maize and perhaps rice) as well as livestock production such as cattle raising and fattening. Horticulture may also have some potential in the moister regions of the southern lowlands and cooler hinterland highlands;
- in addition to agricultural extensification, work will need to be done on intensification, that is increasing agricultural productivity. This represents one important way to sustainably raise the standard of living of farmers in particular and the community in general.

(...)

Once agricultural production and distribution is on the path to recovery and development, one new focus for the agricultural sector will include the possible use of

---

<sup>31</sup> - Vd East Timor Joint Assessment Mission *Macro-economics background paper*, BM+FMI, [Washington], policp., Novembro/1999, pg 5-6

<sup>32</sup> - PNUD *Conceptual framework for reconstruction, recovery and development of East Timor*, (draft), Prepared by UNDP, September 1999

produce into more value added forms, other than fresh supply to markets. This would include revitalising and developing a larger food processing industry.”<sup>33</sup>

Para além do desenvolvimento da agricultura - nomeadamente através do aumento do valor acrescentado que ela proporciona com o processamento industrial de parte da produção - e tendo em consideração as limitações quanto ao processo de industrialização por causa da reduzida dimensão do mercado interno, deverá desenvolver-se o turismo e uma ou outra ‘niche activity’, como as que se articulam com aquele sector:

“ The very small size of the East Timorese economy is such that a few selected investments could make a significant impact on local employment opportunities and the services account side of the current account. This would also refer to the impact of the immigration of only a few highly skilled managers and owners of capital. Activities, which could be included, as niche type markets, could be in areas such as the manufacturing of souvenirs with an East Timorese flavour, for example developing local weaving products. At present such products tend to be produced as basic cloth for clothing (such as shawls). However in order for broader uses of the cloth to be achieved, dying techniques would need to be refined (to ensure the cloth is colour fast). Cloth usage could be extended to include furniture upholstery, thereby feeding into one further niche industry, furniture production.”<sup>34</sup>

Uma proposta escrita antes dos incidentes pós-referendo de 1999 tem por autor um anónimo que publicou um artigo numa publicação de uma ONG inglesa<sup>35</sup>. Dada a situação criada com a ‘colonização’ indonésia --- que corresponde genericamente ao já descrito acima<sup>36</sup> --- ,

“A política macro-económica apropriada para Timor Leste nos próximos 20 a 25 anos é um modelo orientado para as exportações implementado por fases”.

(...)

“No curto prazo, a prioridade deve ser a reestruturação e expansão do sector agrícola. Isto exige a reforma agrária e a expansão da produção de produtos agrícolas comerciais e alimentares. Estas alterações aumentarão as exportações agrícolas, abrindo o país ao mercado mundial, aumentando os ganhos em divisas externas e criando oportunidades de emprego. No médio prazo, Timor Leste também terá de desenvolver as suas bases industrial e manufatureira, o que demorará mais tempo devido à sua pequena população... A economia crescerá mais rapidamente se se confirmarem os rendimentos do petróleo e do gás.”

---

<sup>33</sup> - vd. op. cit. pg 16

<sup>34</sup> - vd. op. cit. pg 17

<sup>35</sup> - Vd. “East Timor: prospects for an independent economy” in *Timor Link*, Issue n. 43, special supplement, Catholic Institute for International Relations, London, 1998. Não tendo sido possível obter cópia deste documento, baseamo-nos na descrição que dele é feita em DuBOIS, Brian *The Timor Gap Treaty — where to now?*, Community Aid Abroad (Oxfam Australia) Briefing Paper n.º 25, February 2000, visto em [http://www.caa.org.au/briefing/timor\\_gap\\_treaty/index.html](http://www.caa.org.au/briefing/timor_gap_treaty/index.html) (copiado em 20/7/2000). Identificámos recentemente o autor do texto. Mantemos o seu anonimato apesar de as razões de segurança que o justificaram terem desaparecido

<sup>36</sup> - O autor particulariza: “a agricultura corresponde a cerca de 40% do PIB, a administração e defesa a 20%, a construção a 18% e o comércio a 10%. A indústria turística de Timor Leste, outrora vibrante, entrou em colapso e não há indústria. As exportações representam 6% do PIB e menos de 3% das receitas do orçamento global”. Op. cit., ponto sobre “The future economy of East Timor”, pg 1

A reforma agrária --- de que tipo? O da redistribuição das terras usurpadas pelo 'colonizador' indonésio? O simples devolver dessas terras aos seus legítimos proprietários? Nada se esclarece sobre o seu perfil --- é apontada quase como uma condição *sine qua non* para a efectiva melhoria da rendibilidade da agricultura de forma a aumentar os rendimentos das famílias camponesas --- que, algo contraditoriamente e ao mesmo tempo, se diz que deverão poder regressar ao modo de vida tradicional que foi desestruturado pela ocupação indonésia.

Como dissemos, a generalidade das propostas não facilita a sua discussão cuidadosa. No entanto e quanto a esta última, não queremos deixar de salientar a contradição interna salientada acima bem como alguma dose de *wishful thinking* quando se propõe, ainda que com as reticências que são postas --- nomeadamente quanto ao prazo da sua execução --- , uma estratégia 'export oriented' que cremos estar completamente fora do alcance do país por um período muito grande.

Uma outra proposta --- que é essencialmente uma listagem de itens a serem tomados em consideração no curto e no longo prazo quando chegar o momento da independência --- surgiu no encontro realizado no Algarve, em Outubro de 1998, pelo Conselho Nacional de Resistência Timorense <sup>37</sup> e foi elaborada numa reunião de especialistas timorenses ligados ao Conselho. Ela inclui as seguintes prioridades para o desenvolvimento do país

---

<sup>37</sup> - vd. *General Guidelines for a Development Plan for East Timor - Summary document from a meeting of a working group of East Timorese professionals*, Algarve, Portugal, 25 October, 1998 visto em <http://www.ozemail.com.au/~cnrt/phaseoneec.htm>



"Imediatas:

- Agricultura - sustentabilidade ambiental, diversificação da produção. Aumento do valor acrescentado através da produção e processamento interno (ex.: café);
- Indústria: desenvolvimento das pequenas e médias empresas, nomeadamente para o processamento de matérias primas;
- Recursos naturais: um caso em que não valerá a pena ir demasiado depressa devido à fraqueza dos mercados internacionais na Ásia
- Sectores de serviços:
  - Turismo: ecoturismo, a desenvolver localmente em vez de ser deixado nas mãos de empresas multinacionais <sup>38</sup> ;

Longo prazo:

- Encorajar indústrias baseadas nas zonas rurais fornecendo créditos e subsídios a essas regiões;
- Encorajar e apoiar o acesso dos potenciais visitantes às atracções naturais de Timor Leste. Promoção do ecoturismo;
- Impulsionar o desenvolvimento industrial com forte ênfase nos bens e serviços básicos;
- Lançar as bases para a introdução de indústrias de larga escala;
- Explorar os recursos *on-shore* e *offshore* de uma forma sustentável;
- Promover activamente o comércio internacional em cooperação com instituições estrangeiras;
- Estabelecer instituições económicas; (...)"

Na sua generalidade, esta proposta tem a nossa concordância, sublinhando nós nela os seguintes aspectos: (1) a referência especial (último ponto) à importância da criação de instituições apropriadas para a boa gestão (macro-)económica do país; (2) a ênfase na diversificação da produção agrícola e ao aumento do seu valor acrescentado - elementos essenciais para a melhoria da qualidade de vida da maioria, rural, da população timorense; (3) a ênfase no desenvolvimento das pequenas e médias empresas industriais; (4) a localização nas zonas rurais, nomeadamente com apoios através do crédito, de uma parte do desenvolvimento industrial a promover.

Já a referência ao lançamento das bases para um desenvolvimento de indústrias de larga escala nos parece algo influenciada pelo *wishful thinking* que influencia outras propostas já que nos parece difícil tal implantação --- a não ser de um ou outro produto de largo consumo e inserido na economia da região e não apenas na de Timor Lorosa'e.

Por fim, uma outra proposta é a que consta de um documento da autoria de dois economistas timorenses e que foi apresentado na chamada 'Conferência de Melbourne' (5-9 Abril 1999), organizada pelo CNRT <sup>39</sup>.

Os autores começam por salientar que mais que apresentar uma proposta de desenvolvimento - o que exigiria, nomeadamente, complicadas técnicas de previsão -, o seu objectivo é apresentar alguns factores críticos para que este se verifique, nomeadamente questões como a estabilidade política, as instituições económicas,

---

<sup>38</sup> - Embora no texto se enunciem outros subsectores dos serviços, nada se adianta em relação a nenhum deles (transportes, banca, comunicações, comércio)

<sup>39</sup> - vd SALDANHA, João Mariano e COSTA, Helder da *Economic viability of East Timor revisited. Outlook for the 21st Century*, policp., vd em <http://www.ozemail.com.au/~cnrt/papersecon1.htm>

as finanças públicas e os impostos, os recursos naturais e humanos, a agricultura e ambiente e o comércio interno e internacional <sup>40</sup>.

Para eles (e para nós) um dos elementos essenciais do desenvolvimento deverá ser um re-balanceamento entre os diversos sectores de propriedade, nomeadamente a significativa redução do peso do sector público (incluindo a sua componente empresarial) - essencial no quadro do modelo indonésio de desenvolvimento - e o aumento da importância relativa do sector privado através de uma intervenção activa do Estado por via da implementação de medidas apropriadas. Uma destas é a utilização da política pública de concessão de créditos, sugestão que os autores, nitidamente, vão 'beber' à experiência de alguns dos países de rápido crescimento da Ásia Oriental (p.ex., Coreia do Sul e outros):

*"The ongoing economic system is characterized by strong presence of the public sector in the economy with a small role of the private sector. The challenge is to correct this imbalance by reducing the role of the public sector while inducing the growth of the private sector through market incentives and selective allocation of public finance. This calls for an active promotion of the market economy with state intervention to correct market failures in terms of distortions such as monopoly and inequality in income distribution. One way to address this issue is allocation of public funds to support small scale enterprises and foster agriculture productivity that also create jobs."* (Itálicos acrescentados)

Esta ênfase (que apoiamos) no papel da agricultura é explicitada adiante:

*"Therefore, agriculture should be a priority in economic development of East Timor. In addition, agricultural development will help the non-agriculture sector to develop through several linkages."* <sup>41</sup>

A importância de que se reveste o desenvolvimento agrícola exige que uma parte dos investimentos a realizar no país sejam orientados para o apoio a este sector. Nomeadamente, é necessário que se deixe na agricultura uma parte do excedente que ela produzirá como forma de contribuir para a sua própria acumulação quer em capital físico quer em capital humano <sup>42</sup>.

---

<sup>40</sup> - vd. ponto "III. Outlook for the 21<sup>st</sup> Century"

<sup>41</sup> - Sobre este aspecto das ligações da agricultura com os outros sectores, os autores prosseguem invocando autores bem conhecidos:

" Timmer (1995) summarizes three set of linkages between the growth of agricultural sector that helps the non-agricultural sector. First, the Lewis Linkages that agriculture sector provides the non-agriculture sector with labour and capital. Second, the Johnston-Mellor Linkages that argues that the agricultural sector provides raw material to industry, food to industrial workers, markets for industrial output, and foreign exchange needed to import capital goods. Third, Timmer linkages where the contribution of agricultural growth to productivity in the non-agricultural economy stems from several sources: greater efficiency in decision making as rural enterprises claim a larger share of output; higher productivity of industrial capital as urban bias is reduced; higher productivity of labour as nutritional standards are improved; and link between agricultural profitability and household investments in rural human capital, which raise labour productivity while facilitating rural-urban migration. Timmer Linkages require government intervention for the growth process to proceed rapidly as possible.

Given the strong link between the growth of agricultural sector and the non-agriculture sector, it is important that adequate resources in East Timor is channelled into the agriculture sector to get the economy moving. Thus allowing the economy to pull out the inefficient concentration of labour force from agriculture sector into industry and service sectors."

<sup>42</sup> - Vd. as referências aos diferentes 'linkages' que constam da nota anterior

Enfim, sumariando a sua perspectiva sobre o desenvolvimento agrícola, os autores consideram que a estratégia para esta deverá prever:

“The approaches to development strategy in our view are :

- Productivity gains in agriculture, food security, cultivation of export crops, farming systems research, post harvest technology, private sector investment and land titling.
- Agribusiness and small scale village processing of agricultural commodities, facilitated by tax and credit incentives and relaxed regulations.
- Improving infrastructure and accessibility to regional growth centers and between regions to further encourage inter-regional trade.
- Developing integrated area development programs that involve all potential sectors in the territory.”

Salientemos, por fim, um outro aspecto ao qual os autores dão grande relevância: o da dinamização das relações económicas externas do país, nomeadamente através da sua inserção em sistemas de cooperação económica regional:

“One possible path for (...) East Timor (...) is outward development strategies to take full advantage of regional economic integration possibilities [and trade liberalization].

(...) this means new opportunities for mutual cooperation. In a regional context, East Timor can develop ‘trade links’ to facilitate and encourage the establishment of industrial development in the eastern Indonesian region, namely Dili, Darwin, Kupang and Ambon. For example, establishing *Trade Cooperation* with Northern Territory of Australia, institutional trade arrangement with former Portuguese colonies, and special arrangement through economic integration with ASEAN countries are likely the options (...).

We believe that trade links is part of the long term development strategy of East Timor (...).

Embora estando de acordo com a necessidade de Timor adoptar um posicionamento bastante aberto em relação às suas relações económicas internacionais, não nos sentimos tão entusiasmados quanto parecem estar os autores relativamente aos benefícios que o país estará em condições de recolher dessa mesma abertura. O nosso optimismo mais moderado --- que nem chega a ser pessimismo... --- prende-se com o reconhecimento dos limites do mercado interno e com um maior grau de (in-)certeza quanto à capacidade concorrencial externa de eventuais indústrias viradas para o mercado internacional --- nomeadamente tendo em consideração a concorrência da vizinha Indonésia e a (eventual) adopção do USD como moeda de Timor durante um período (transitório?) que não se prevê ser inferior a 3-4 anos mas que poderá vir a ser superior <sup>43</sup>.

---

<sup>43</sup> - Mais adiante retomaremos a questão da escolha da moeda em Timor. Deixemos aqui apenas a referência de que talvez o domínio do mercado timorense por empresas indonésias de comercialização não seja completamente estranho à escolha de moeda que foi efectuada. Naturalmente que com uma moeda tão forte como está actualmente o USD as importações --- nomeadamente as provenientes da Indonésia, que conhece uma grande desvalorização da rupia em relação ao dólar americano --- são mais fáceis, concorrenciando a produção nacional no seu próprio terreno.

Apesar desta diferença de sensibilidade em relação à vertente externa do processo de desenvolvimento, reconhecemos que esta é, de longe, a estratégia mais elaborada que apresentámos. Dela se retiram várias sugestões quanto ao desenvolvimento de Timor que subscrevemos. Estão neste caso muitos dos itens abaixo referidos a que acrescentámos outros:

- i) a ênfase no desenvolvimento da agricultura, com tudo o que isso implica de orientação do esforço de desenvolvimento para possibilitar a melhoria das condições de vida e de produção das populações rurais;
- ii) a ênfase, articulada com a anterior, na luta contra a pobreza --- em particular das zonas rurais, das mais pobres do país;
- iii) a chamada de atenção para a necessidade de construir um aparelho institucional 'amigo' do desenvolvimento e que contribua para a sua concretização --- aspecto já salientado em outra proposta;
- iv) a necessidade de alterar a estrutura produtiva do país aumentando a importância relativa do sector privado --- incluindo o necessário envolvimento do investimento estrangeiro;
- v) a atribuição de um papel importante ao Estado no processo de estruturação do desenvolvimento --- na linha das interpretações sobre o papel de um Estado desenvolvimentista;
- vi) inserir a economia do país no quadro mais vasto das suas relações económicas externas - elemento essencial para a viabilização de produções (nomeadamente industriais) em maior escala; e
- vii) fazer o controlo da quantidade e da qualidade da ajuda internacional, com a consciência que se pode 'sofrer' de excesso desta e de que não é possível (nem legítimo?) aceitar e/ou contribuir para a fraca rentabilidade desta só porque ela 'não se paga, não se paga'. Porque a verdade é que, de uma forma ou de outra, ela se paga mesmo!...

Acreditamos, pois, que o eixo fundamental da estratégia de desenvolvimento de Timor deverá assentar na agricultura e na luta contra a pobreza, nomeadamente nas zonas rurais. Um dos seus mais poderosos instrumentos será a criação de oportunidades de melhoria do rendimento dos pobres --- nomeadamente das zonas rurais mas não só --- o que será grandemente facilitado se se verificar uma grande preocupação com o desenvolvimento agrícola e o envolvimento efectivo das populações na definição do essencial das linhas de desenvolvimento a prosseguir.

Esta orientação permitirá colocar mais perto da população um conjunto de recursos cuja utilização será por ela definida <sup>44</sup>, atingindo-se assim não só objectivos

---

<sup>44</sup> - Exactamente porque defendemos esta orientação, aproveitamos para chamar a atenção para a necessidade de acompanhar de perto a sua implementação para (tentar...) evitar que elementos característicos da organização tradicional das sociedades locais distorçam os objectivos desta descentralização do exercício do poder para as comunidades locais. É sabido como estes elementos são resistentes à mudança e procuram aproveitar em seu proveito acções como as que sugerimos. É bom não esquecer *nunca* que as sociedades rurais mais tradicionais (e as outras também...) são 'especialistas' em adaptar aos seus fins as intervenções 'de fora para dentro' que interferem com o seu funcionamento naquilo que costumamos aparentar com um princípio da química: a toda a acção corresponde uma reacção... Um relatório de avaliação intermédio do projecto (financiado pelo Banco Mundial) de 'community empowerment' em Timor faz referência a algumas manifestações deste tipo na aplicação do projecto.

de carácter económico mas também de organização societal segundo linhas de força que defendemos.

Esta orientação genérica, que se traduzirá em algumas medidas concretas que desenvolveremos adiante, não impede, antes se coordena com, algumas medidas 'de emergência' ou, melhor, de 'reconstrução nacional' que ajudem a ultrapassar o momento actual --- mais premente na parte ocidental de Timor Lorosa'e, em particular em Dili --- de enorme nível de desemprego, de péssimas condições de vida da maioria da população e de falta de rendimentos desta que contribuam para a melhoria do seu bem estar. Vejamos algumas delas.

Dados, ainda que muito lentamente, os primeiros passos para a reconstrução física de muitas infra-estruturas e de muitos edifícios públicos --- processo a cargo da UNTAET e, nomeadamente, do Banco Mundial --- fica por resolver a situação do grande número de edifícios comerciais privados e, principalmente, de domicílios que, tal como os primeiros, foram queimados durante os dias de terror que se seguiram à divulgação dos resultados do referendo de 1999.

Quanto aos primeiros, a verdade é que se em Maio/2000 o nível de reconstrução era ainda muito reduzido, três meses depois a situação parece estar a evoluir de uma forma positiva, embora se esteja a assistir a uma reestruturação do conjunto das actividades económicas que não pode deixar de preocupar.

De facto, está a assistir-se a um pulular de serviços de restauração --- cafés, restaurantes e hotéis, mais aqueles do que estes --- e de outros serviços com pequeno valor acrescentado (transporte de pessoas e bens) que representam a resposta do sector privado (já que é difícil dizer que existe uma classe empresarial timorense...) à presença significativa de uma comunidade expatriada endinheirada.

Os clientes destes serviços de restauração são sempre os mesmos, sendo muito reduzida a percentagem de timorenses que os utilizam devido ao nível de preços praticado. Isto não pode deixar de preocupar em dois sentidos: numa perspectiva económica, já que coloca estas actividades na quase exclusiva dependência de um tipo de procura que, dentro de algum tempo poderá reduzir-se significativamente, colocando problemas de sobrevivência aos que dela dependem; numa perspectiva social, porque cava um fosso entre duas comunidades --- a nacional e a estrangeira --- que não é saudável e que é de evitar.

O tipo de reanimação da economia timorense a que se assiste actualmente permite-nos fazer (pelo menos) mais duas observações: primeira, a de que o tipo de estrutura produtiva (?) nascente encontra uma boa parte da sua explicação no passado, em que, quer por apetência natural quer, principalmente (?) por falta de formação, os timorenses se remeteram sempre à prática de um comércio de pequeníssima escala --- afinal à escala do seu capital, quer financeiro quer humano. A segunda observação é a de que ela se está a concentrar excessivamente em Dili, com muito pouca diversificação para outras zonas do território nacional.

Se a primeira observação remete para uma análise mais cuidada das relações entre o sector privado e, principalmente, o tecido empresarial (?) existente, o Estado e as empresas estrangeiras, a segunda remete para a necessidade, articulada com a opção estratégica de enfatizar o papel da agricultura no

desenvolvimento e de lutar contra a pobreza, de desde já pensar o país em termos de economia regional e ordenamento do território --- no sentido de economia da gestão (articulada) do território nacional e não no sentido de economia da região geo-económica em que o país se insere.

Quanto ao sector habitacional a situação é bem mais complicada e de solução a exigir uma boa dose de coragem política e de capacidade criativa para encontrar soluções novas para problemas novos.

Numa situação em que se espera reduzir ao mínimo possível a contratação de funcionários públicos e de quase completo desaparecimento da maioria das actividades produtivas urbanas, a 'luz ao fundo do túnel' será uma autêntica miragem para um número muito apreciável de timorenses, particularmente da zona referida.

Esta situação é não só socialmente injusta como politicamente perigosa e terá de ser defrontada rapidamente. Por isso sugerimos que se adopte para este problema uma solução que nos parece inevitável se se quiser resolvê-lo a curto médio-prazo: considerar que tais habitações, no seu conjunto, formam um parque habitacional que é mais uma das infra-estruturas de Timor e como tal deve ser encarada com todas as suas consequências. Para grandes males, grandes (e inovadores) remédios!...<sup>45</sup>

A principal consequência prática é que, tal como acontece no caso da construção de aeroportos, portos, estradas, barragens e outras infra-estruturas físicas, a sua reconstrução deve ser financiada por um crédito (eventualmente suplementado por um donativo como *seed money* em proporção a definir mas que poderá ser, p.ex., de 10%) a conceder aos proprietários das habitações com uma taxa de juro baixa.

Questão fundamental a definir é a do seu financiamento: empréstimos de organismos como o próprio Banco Mundial ou outras entidades e/ou donativos <sup>46</sup>.

Os beneficiários dos empréstimos --- que não precisarão de ser de montantes muito elevados porque se trata de reconstruir e não de construir de raiz <sup>47</sup> --- poderão/deverão beneficiar de um período de carência de 2-3 anos e de um período de amortização de cerca de 8-12 anos, conforme o volume do empréstimo -- - eventualmente diferenciado segundo as possibilidades económicas dos tomadores dos empréstimos. Aquele período de carência afigura-se-nos essencial porque será o período (mínimo) necessário para, segundo cremos, recolocar a economia timorense numa senda de crescimento capaz de gerar empregos cujos rendimentos irão permitir amortizar os empréstimos.

---

<sup>45</sup> - Admitimos, naturalmente, que a nossa sugestão não é a única nem, talvez, a melhor mas o que é importante é salientar a importância de encontrar rapidamente uma solução para um problema que já tem mais de um ano e que parece não merecer a devida atenção de quem de direito. Informações recolhidas junto do Banco Mundial apontam para o próximo início do estudo do problema, com um relatório a publicar (?) em Novembro deste ano

<sup>46</sup> - Isto tem como pressuposto que, por exemplo, estes empréstimos sejam financiados com um outro concedido a Timor e que este amortizará num período mais longo do que o concedido aos beneficiários directos, por exemplo 25 anos após o período de graça.

<sup>47</sup> - A confirmar esta ideia, alguém com muito bons conhecimentos da situação (incluindo na perspectiva da banca) estimava que a maioria dos empréstimos se situariam entre os 2 e os 4 mil USD pois se trata de, como se salientou, financiar apenas a reconstrução (e não a sua construção) num país em que as exigências neste domínio não são muito grandes e onde haverá, muito provavelmente, uma forte participação de mão-de-obra dos próprios locatários e tomadores dos empréstimos.

Argumentar-se-á --- e já houve quem, com elevadas responsabilidades na condução do processo de desenvolvimento actual de Timor, o fizesse --- que se trata de uma proposta não só não consentânea com os padrões usuais de financiamento como também com todos os ingredientes para que os tomadores dos empréstimos os assumam não como tal mas sim como donativo e, por isso, com uma taxa de reembolso muito reduzida. Porém, acreditamos que é possível encontrar mecanismos capazes de assegurar uma elevada recuperação dos capitais envolvidos.

Dois desses mecanismos poderão ser a sua ligação ao acesso privilegiado a outros benefícios públicos, a utilização de sistemas de responsabilização usualmente utilizados pelos sistemas de microcrédito e o envolvimento de entidades como as Misericórdias --- ligadas à Igreja Católica --- ou outras entidades similares na gestão destes recursos. Além disso, os reembolsos poderão ser afectados parcialmente pelo Estado a melhorias do meio ambiente --- nomeadamente do saneamento básico. Isto é, os beneficiários dos empréstimos terão de ser colocados em posição de compreenderem que o seu não cumprimento será julgado negativamente pela comunidade já que esta será prejudicada por tal atitude.

A inexistência de um esquema que permita a (mais ou menos rápida ainda que gradual) reconstrução das habitações de Dili (e de outras localidades) não é, naturalmente, fruto de um mero acaso... Vários intervenientes no processo salientaram que não há, mesmo ao nível do CNRT, grande pressa em resolver o problema porque muitas das habitações pertencerão a indonésios que se ausentaram do país e porque essa será uma forma de evitar a excessiva concentração de população --- nomeadamente à procura de emprego na (re-)construção civil --- na cidade de Dili. Assim se desincentivaria um fluxo campo-cidade que se pretende evitar.

Por outro lado, o Banco Mundial coloca-se à margem do problema invocando o facto de tais habitações não serem do grupo social que agora concentra a sua atenção: os pobres <sup>48</sup>.

Mesmo reconhecendo alguma validade nestes argumentos <sup>49</sup>, insistimos na necessidade de iniciar tal reconstrução pois ela não é importante apenas por razões de bem estar das populações, de justiça social e de natureza política <sup>50</sup>. Além disso, é evidente (pelo menos para nós) que se está a obrigar toda um grupo populacional a pagar sózinho os custos da reconstrução de algo que foi destruído porque a

---

<sup>48</sup> - Toda esta polémica --- que nem chega a sê-lo... --- sobre a reconstrução das habitações 'de pedra e cal' de Timor Leste não pode deixar de nos colocar perante a questão de saber qual seria a reacção dos técnicos internacionais se o problema se tivesse verificado nos seus países e nas suas casas. Provavelmente estariam na primeira fila das manifestações em frente do Ministério da Reconstrução com um enorme cartaz reivindicando apoio para as suas obras.

<sup>49</sup> - Outro argumento é o que refere que, face à inexistência de registos de propriedade, é difícil encontrar o verdadeiro proprietário da habitação e será difícil a este, também, garantir o colateral normalmente associado aos empréstimos para estes fins.

<sup>50</sup> - Recordamos aqui que o fluxo campo-cidade é, à luz da experiência histórica dos países que alcançaram a sua independência recente, uma quase inevitabilidade e não será uma política deliberada de abrandamento do ritmo de reconstrução que a irá desincentivar significativamente. Além disso, é evidente que não nos parece razoável 'castigar' desta forma a população de Dili, afinal uma das que mais sofreu as consequências do processo que se seguiu ao referendo de 1999. Ela poderá não perdoar tais atrasos, manifestando a sua insatisfação e desespero (?) pela falta de perspectivas quanto à melhoria da sua situação. Torna-se urgente acender a luz do fundo do túnel...

comunidade internacional se mostrou totalmente inepta para impedir o desvario e senha destruidora dos militares indonésios e das milícias por eles controladas.

Do processo de reconstrução resultarão muitos outros benefícios, uns de carácter mais económico, outros de carácter mais social.

De facto, note-se que aquela reconstrução --- que se prolongará ainda por vários anos --- irá permitir envolver um volume apreciável de mão-de-obra quer assalariada quer de auto-construção --- que deve ser favorecida ---, contribuindo para a absorção do elevado nível de desemprego existente em Timor e, em particular, na região de Dili.

Mais, deste processo de reconstrução advirão ainda muitos benefícios indirectos. Por exemplo, é hoje notório que há em Dili uma verdadeira 'economia dualista': a da generalidade da população e a do conjunto de expatriados que ajudam o país nesta fase tão importante da sua vida. De facto, são muito limitados os mecanismos de interacção entre estes dois grupos económicos/sociais, podendo este facto, se demasiado prolongado no tempo, ter consequências sociais e políticas muito negativas devido à evidente diferença de estilo e de nível de vida entre as duas comunidades, podendo a comunidade nacional começar a sentir-se incomodada com a presença dos expatriados se não se encontrarem rapidamente mecanismos de fazer fluir rendimentos destes para aquela.

Os dois mecanismos fundamentais de 'transmissão de efeitos' entre as duas comunidades suscitados pela reconstrução das habitações privadas são <sup>51</sup>:

- (1) necessitando de habitações para se instalarem mais duradouramente com as suas famílias, os expatriados tomarão de aluguer algumas das habitações reconstruídas, podendo mesmo contribuir para a sua reconstrução através de 'adiantamentos' de renda a pagar aos proprietários. Estes, com as rendas contribuirão para animar o mercado local e, em alguns casos, para a (re-)constituição de alguns pequenos negócios ou outro tipo de actividades económicas;
- (2) uma vez instalados nas habitações, os expatriados aumentarão a procura de bens e serviços no mercado local, tendo esta procura uma componente nacional muito maior do que a que caracteriza a que efectuam quando instalados em hotéis --- flutuantes ou não.... --- e alimentados em restaurantes. Beneficiários deste aumento da procura serão os produtores agrícolas e os comerciantes de produtos de primeira necessidade bem como muitas famílias timorenses, agora envolvidas no dia-a-dia destes expatriados através da prestação de serviços pessoais de diversa natureza.

O que fica dito imediatamente acima deve ser 'qualificado' com os seguintes elementos:

(a) tratando-se de uma missão que a própria ONU, classifica, principalmente por razões de segurança, como de natureza não-familiar, a maioria das pessoas envolvidas nas acções de cooperação em Timor não estão acompanhadas pela sua família, pelo que a sua apetência pela vida em casa própria acompanhada de todo o tipo de despesas que tal implica é menor;

---

<sup>51</sup> - Quem acompanhou de perto o que se passou em outros locais onde se instalou uma 'tribo de expatriados' --- *honi soít qui mal y pense...* --- reconhecerá muitos destes mecanismos. Moçambique e, em particular Maputo, são aqui um exemplo que pode ser invocado/estudado.



(b) apesar do que fica dito no ponto anterior, o período posterior a Abril/Maio de 2000 viu modificar-se a situação existente até então, com um número apreciável de expatriados a abandonar os hotéis em que se encontravam instalados e a recorrer ao aluguer de habitações que, com o seu próprio apoio financeiro a ser descontado na renda, foram entretanto recuperadas pelos seus proprietários. Estes passaram assim a auferir um rendimento apreciável no contexto local (cerca de 300-400 USD/habitação ou mais, quando o rendimento salarial médio fixado pela UNTAET para remunerar os seus funcionários timorenses é de cerca de 134 USD/mês<sup>52</sup>, i.e., cerca de 1/3 da renda de uma habitação alugada a expatriados<sup>53</sup>).

Como é natural numa economia que sofreu a convulsão que Timor sofreu, os preços na época de crise sofreram subidas muito significativas dada a escassez de (quase) tudo. Mas também é normal que, passados os momentos de crise, os preços voltem a descer --- eventualmente até níveis próximos dos anteriores. Ora, isso não aconteceu em Timor, que está neste momento a 'trabalhar' num nível (patamar) de preços que, embora muito abaixo do da época mais aguda da crise, é muito superior ao anterior aos acontecimentos de Setembro --- e, principalmente, muito superior ao suportável pela generalidade da população (vd. nota anterior).

Para isso contribuem vários factores de entre os quais salientamos: (a) algum comportamento especulativo por parte de muitos agentes económicos; (b) relacionado com o anterior, a inexistência, por opção própria da Administração da UNTAET, de qualquer regulamentação quanto a margens de comercialização, vulgares em tantos países, nomeadamente os ditos desenvolvidos; e (c) a presença de um grande grupo de estrangeiros (provavelmente cerca de 15-16 mil pessoas, entre civis e militares) detentores de um poder de compra provavelmente superior ao dos cerca de 800 mil timorenses no seu conjunto...

Ora, parece-nos chegado o momento de a Administração do país contribuir para fazer baixar o nível de preços actuais, na maior parte dos casos dificilmente compatíveis com os rendimentos da população local. Mais, se tivermos em consideração o que era a prática indonésia de preços controlados administrativamente e beneficiando de subsídios, concluiremos que uma parte muito significativa da população vive hoje muito pior do que vivia anteriormente. É evidente que todos (?) consideram que este é o preço da liberdade tão desejada mas é preciso estar consciente de que há sacrifícios que se fazem se soubermos que há uma luz ao fundo do túnel e há outros que são mais difíceis de suportar --- pelo menos por um prazo dilatado.

A UNTAET poderá contribuir para esta baixa de preços por diversas formas: quer administrativamente (por exemplo através da imposição de regras às margens de comercialização), quer por intervenções no mercado (promovendo, directa ou indirectamente, o abastecimento deste com bens a preços não especulativos), quer através de acções que façam baixar as expectativas inflacionistas e as práticas especulativas de muitos agentes económicos em presença (p.ex., através da intensa

---

<sup>52</sup> - Para se ter uma ideia do poder de compra subjacente a este valor, diga-se que ele, aos preços em vigor, a cerca de 2 litros de leite por dia adquirido num supermercado e a uma lata de cerveja (33cl) por dia bebida num dos inúmeros restaurantes hoje existentes em Dili... A isto acresce-se que a dimensão média de uma família timorense é de cerca de 6 pessoas.

<sup>53</sup> - Um dos efeitos perversos da opção de não conceder apoios à reconstrução de habitações é o facto de algumas das que são alugadas por melhores preços por estarem em melhores condições de habitabilidade são as de partidários da integração na Indonésia que, por isso mesmo, viram as suas casas poupadas à destruição pós-referendo de 30/Ago/99. Alguns deles residem em Timor Ocidental e aí vivem com os dólares que recebem de Timor Oriental (que, provavelmente, ajudaram a destruir....).

publicitação de listas de preços 'normais' e praticados em vários locais e para vários produtos). Instrumentos de actuação não faltam; o que poderá faltar é a vontade política para o fazer. Ora, não nos parece que a preocupação '*main stream*' de não intervenção no mercado e na livre formação dos preços possa ser aqui invocada de uma forma séria já que é sabido que duas das condições de funcionamento desse mercado --- a concorrência (perfeita?) e a fácil circulação da informação sobre os preços --- não se verificam em Timor. Fazer com que tais condições se verifiquem é exactamente um dos domínios em que a Administração devia actuar sem que a pudessem acusar de intervencionismo estatizante...

Outro assunto que exige uma profunda reflexão antes de ser tomada qualquer decisão é o da moeda, tema já abordado noutra texto nosso <sup>54</sup>. Retomamos aqui o tema para reforçar o nele referido: a conveniência de que Timor disponha de uma moeda própria a fim de poder beneficiar quer da inerente *seignoriage* quer, principalmente, de instrumentos de política económica tão poderosos como são as políticas monetária (principalmente esta) e cambial.

Quanto a esta última, a sua utilização será mais restringida porque entendemos que uma nova moeda, criada no contexto em que o vai ser --- nomeadamente o de uma economia extremamente fraca e debilitada pela destruição semeada pela Indonésia e com um grande grau de incerteza quanto às características que virão a assumir as suas relações económicas externas ---, necessita de ser 'amparada' através do apoio que lhe poderá dar uma outra já bem estabelecida --- e credível --- no mercado internacional. Sem isso, ela arrisca-se a ser pouco mais que um objecto procurado pelos numismatas...

Ora, se quanto a tudo isto parece ser grande o consenso, já quanto à moeda a utilizar como referência para o 'maubere' <sup>55</sup>, as dúvidas e indecisões são muitas. Recorde-se aqui que nós próprios propusemos que havia várias vantagens em que tal moeda viesse a ser o dólar australiano.

Duas dessas vantagens relacionam-se com o facto de ela ser uma moeda cuja taxa de câmbio tende a reflectir a evolução das cotações das matérias primas -- e Timor será, pelo menos durante largos anos, principalmente exportador de *commodities* --- e com o interesse que o país tem em captar investimentos e fluxos turísticos importantes no seu vizinho do sul.

No entanto, o que nos parecia --- e parece --- mais importante era evitar que se optasse por uma moeda que, devido à história de oscilação da sua evolução no confronto com as principais moedas mundiais --- caso do dólar americano ---, pudesse vir a tornar-se, como se tornou para muitos países asiáticos no período que preparou a crise asiática de 1997, ser mais uma dor de cabeça do que um factor de estabilidade na gestão macro-económica de Timor <sup>56</sup>.

---

<sup>54</sup> - Vd. SERRA, A. Almeida e QUINTANEIRO, Luís *op. cit.*

<sup>55</sup> - Porque não chamar-lhe 'maubere'?!... Seria, afinal, uma belíssima homenagem ao povo timorense, que resistiu quase um quarto de século com a esperança de um dia ser livre. Uma denominação que corre em Timor é a de 'belak', o nome da peça em forma de quarto crescente, que os homens usam ao pescoço e que é símbolo de poder e de riqueza.

<sup>56</sup> - Note-se que esta referência não deve esquecer esse outro facto que é o de que sendo Timor um *price taker* em todos os mercados e um 'não-exportador' de produtos objecto de vasta concorrência no mercado internacional, as eventuais perdas de competitividade do país decorrentes de uma (excessiva?) valorização do USD --- como se verifica actualmente --- serão (quase) irrelevantes --- excepto quanto ao turismo. Por outro lado, há que não esquecer a excessiva facilidade de importação provocada por um USD forte, como se verifica actualmente. Isto, recorde-se, pode retirar

É sabido que vários interventores do processo político em Timor — e não só --- defendiam que, já na fase de transição sob a administração da UNTAET fosse utilizado o escudo português, antecipando uma sua (através do Euro) eventual utilização após a independência plena de Timor Lorosa'e ou, pelo menos, da sua utilização como referência para o 'maubere'/'belak' em moldes semelhantes ao que se passa em Cabo Verde,

Quanto a esta opção já chamámos a atenção para o facto de uma eventual 'estranheza' dos mercados quanto a esta solução poder jogar em desfavor de Timor. Esta 'estranheza' encontraria uma parte importante do seu suporte na quase inexistência de relações económicas --- hoje e, muito provavelmente, também no futuro país independente --- entre Timor e Portugal e, de uma forma geral, com a 'eurolândia'.

Mas tentemos ir um pouco mais longe e perceber porque é que esta possibilidade não era, necessariamente, a melhor solução quer para Timor quer para Portugal. Isto deriva do facto de existir ainda um enorme grau de incerteza que paira actualmente sobre o que vão ser as relações económicas externas de Timor Lorosa'e e, consequentemente, sobre o eventual custo que acarretaria a adopção de uma solução semelhante à encontrada para o escudo cabo-verdiano.

Neste caso, no momento do acordo estabelecido --- que equivale a um regime de *currency board* em que há uma taxa de câmbio fixa com o escudo português que será suportada pelo Banco de Portugal se tal se mostrar necessário -- - era já bem conhecida de todos os intervenientes a história de grande solidez do escudo cabo-verdiano graças, nomeadamente, ao suporte que lhe é dado pelo enorme volume de remessas dos emigrantes cabo-verdianos no estrangeiro e ao volume muito apreciável de ajuda externa que o país recebe.

Ora, nada disto acontece com Timor, onde o grau de incerteza é ainda muito grande --- o que não quer dizer que o continue a ser dentro de 3-4 anos.

A hipótese mais pessimista (?) será a de uma situação em que as presentes dificuldades económicas se prolongam por vários anos e se venha a verificar uma muito apreciável queda das receitas da ajuda internacional --- o que até nem será uma hipótese 'temerária' e totalmente impensável...

A hipótese mais optimista (?) será a de, quer devido à exploração do *Timor gap*<sup>57</sup>, por um lado, quer devido à manutenção (e, até, eventual aumento) das transferências da ajuda internacional --- à semelhança do que acontece com Cabo

---

competitividade à produção nacional no seu próprio terreno. É esta, aliás, uma das manifestações da *dutch disease*.

<sup>57</sup> - O grau de incerteza em relação aos proveitos provenientes deste é ainda muito grande. A produção de gás a partir dos depósitos de Bayu-Undan, em 2004, deve dar origem ao pagamento de um volume apreciável de *royalties*. Porém, ainda não está definitivamente assente qual a proporção que caberá a Timor e qual a que caberá à Austrália. Se a aplicação das regras actuais levam a um divisão em duas metades, a verdade é que decorrem negociações para a alteração destas regras que, na óptica timorense, são prejudiciais ao país por a maior parte dos recursos estarem em águas que, se aplicada a regra usual da delimitação de fronteiras (a linha fronteira ficar equidistante dos dois países), ficam mais perto de Timor. Por isso Ramos Horta, do CNRT, reivindicava em Maio/2000 que Timor deveria receber 90% dos *royalties*, ficando a Austrália com os restantes 10%. A ser assim, Timor Lorosa'e poderá vir a receber algumas centenas de milhões de USD por ano. Vd. BRINDAL, Ray "Australia says revenue, not border, focus of Timor talks" in *Dow Jones Newswires* (14/7/2000, visto em [http://www.easttimor.com/news\\_today/2261.htm](http://www.easttimor.com/news_today/2261.htm) em 16/7/2000).

Verde ---, se venha a verificar mais o excesso de divisas do que a sua escassez... (com tudo o que isso pode significar à luz da chamada 'dutch disease').

No primeiro caso, as responsabilidades financeiras a suportar por Portugal poderiam vir a ser importantes e entrar em conflito com os seus compromissos internacionais no quadro da União Monetária Europeia. Mais, dificuldades de Portugal em as satisfazer jogariam em desfavor de Timor --- e esse é um risco que não interessa a este correr...

No segundo caso, um (eventual) suporte do Banco de Portugal ao Banco Central de Timor na defesa do 'maubere' não teria custos significativos --- como não o tem no caso do escudo de Cabo Verde<sup>58</sup> devido à sua confortável situação financeira externa.

Face a esta situação de incerteza, admitimos que as autoridades portuguesas não tenham querido assumir uma responsabilidade que se poderá vir a mostrar excessiva e que, por isso e no interesse de Timor, deve ser compartilhada com a comunidade internacional. Estamos, obviamente, quer no domínio dos 'ses' quer no da política...

Posta de parte a hipótese de ligação umbilical ao escudo/euro, por que moeda adoptar e que tipo de ligação entre as moedas estabelecer?

Já (re-)afirmámos a nossa preferência pelo A\$ ao mesmo tempo que salientámos não somos 'fundamentalistas' sobre o assunto. O essencial é que haja uma discussão aberta das vantagens e inconvenientes da utilização de cada moeda como suporte do 'maubere'<sup>59</sup> e uma escolha que, não esquecendo inevitáveis considerações de natureza política --- afinal trata-se, de facto, de um assunto também político -, tenha por base essencial as de natureza técnico-económica já que as 'razões do coração' podem não ser, aqui como em outros casos, boas conselheiras.

Outro problema relacionado com este é o do tipo de ligação estabelecer: mais rígido (como num sistema do tipo *currency board*) ou menos rígido. Aqui preferimos um sistema com alguma margem de manobra para as autoridades monetárias mas que limite as possibilidades de 'aventureirismo' das autoridades fiscais --- nomeadamente quanto à criação de défices nas contas públicas que venham a ser financiados por emissão monetária, o que deve ser liminarmente rejeitado.

A margem de manobra a que nos referimos pode ser assegurada por (pelo menos) um de dois mecanismos: a definição de uma 'banda' relativamente estreita de oscilação da taxa de câmbio ou a aceitação da circulação monetária da moeda que serve de âncora --- que, na hipótese por nós mais favorecida correspondia a uma política de condescendência em relação à utilização do A\$ num número limitado de operações, particularmente as relacionadas com o turismo.

---

<sup>58</sup> - O CVE beneficia assim de uma ligação indirecta fixa com o euro e com a 'eurolândia', origem de uma parte significativa dos fluxos de divisas de que beneficia Cabo Verde

<sup>59</sup> - Remetemos mais uma vez para o texto de SERRA, A. Almeida e QUINTANEIRO, Luís já referenciado noutro local. Hipótese que aí não foi colocada mas que já vimos ser aventada por alguns é a de ser utilizado dólar de Singapura como moeda de referência. Não temos nada a opor a esta escolha --- até porque é bem conhecida a confiança do mercado nessa moeda e na forma como a Monetary Authority of Singapore (MAS) a gere --- mas recordamos apenas que nos parece essencial assegurar alguma liberdade de manobra ao Banco Central de Timor na utilização da política monetária

Até pelo que fica dito imediatamente acima, cremos que deve ser dada especial atenção à política fiscal. Esta, nomeadamente nesta fase de reconstrução económica, poderá sofrer fortes pressões para ser significativamente expansionista. O limite a este 'expansionismo' deve ser a capacidade de financiamento não inflacionário das contas públicas, devendo haver especiais cuidados na gestão dos recursos provenientes do *Timor gap* (quando eles existirem) e da ajuda internacional.

Um outro problema decisivo a resolver no curto prazo é o da articulação da economia urbana com a economia rural --- e das zonas rurais. Ao adoptar-se uma posição de deixar (demasiada?) voz ao mercado, está-se a permitir que muito do esforço de recuperação económica seja concentrado na cidade de Dili pois é aí que se concentra a maioria do poder de compra --- nomeadamente o dos estrangeiros. Em contrapartida, as zonas rurais estão a ficar para trás neste processo de recuperação económica até porque, em muitas delas, o dinheiro disponível é relativamente pouco devido, por exemplo, às actuais dificuldades no processo de escoamento da produção agrícola.

Há, pois, que encontrar rapidamente mecanismos de comercialização desta já que esta não está a ser escoada, como é o caso do arroz na zona leste do país.

Ora, é necessário às populações rurais obterem dinheiro para satisfazerem parte das suas necessidades de consumo e de investimento. Estas implicam que o problema da comercialização rural seja vista de uma forma integrada, pois de nada serve colocar dinheiro nas mãos dos camponeses através da compra dos seus produtos se com ele não puderem adquirir nada por deficiência dos circuitos de abastecimento em bens (utensílios agrícolas, outros *inputs* destinados à produção e bens de consumo) <sup>60</sup>.

Este escoamento exige, por sua vez, uma atenção significativa às estradas secundárias e às vias de comunicação nas zonas rurais<sup>61</sup>, a exigirem uma revisão urgente do seu estado de conservação.

Se estes são alguns dos problemas que se colocam mais a curto prazo na regulação económica de Timor, muitas outras questões terão de ser respondidas no futuro, i.e., no médio e longo prazos. É altura de, com base no quadro geral definido no cap.2, lhes dar uma resposta --- a nossa.

### ***i) prioridade ao desenvolvimento rural e da agricultura***

---

<sup>60</sup> - Erros neste domínio estiveram na origem de situações como a de há alguns anos no norte de Moçambique: à falta de melhor utilidade para as notas de banco porque com elas nada podiam comprar devido à falha dos circuitos de comercialização, os camponeses forravam as suas palhotas com tais notas, assim melhorando a impermeabilização do seu domicílio...

<sup>61</sup> - Toda a gente se recorda das enormes dificuldades que o Programa Alimentar Mundial (WFP- World Food Program) teve para fazer os abastecimentos de emergência porque muitas estradas estavam intransitáveis. Isso obrigou à utilização intensiva dos meios aéreos. Com uma fracção dos custos de tal operação teria sido possível financiar um programa de reabilitação --- e conservação!... --- das estradas rurais.

Recordemos, em primeiro lugar, que enfatizamos o desenvolvimento da agricultura e a luta contra a pobreza --- nomeadamente, mas não só, a das zonas rurais.

No quadro da atenção privilegiada à agricultura, deverá ser dada atenção à produção daqueles produtos que beneficiem os pobres, quer pelas suas qualidades alimentares quer pelos rendimentos que poderão gerar.

Esta diversificação da produção agrícola e, em particular, alimentar será também importante no domínio da exportação pois poderá abrir as portas ao abastecimento, a custos razoáveis e concorrenciais, de algumas zonas do norte da Austrália. Simultaneamente, esta produção poderá ser importante para alimentar os turistas que se espera receber no futuro <sup>62</sup>.

Uma linha de desenvolvimento a explorar é a de favorecer a criação, nas zonas rurais, de rendimentos não agrícolas. Uma das formas de o conseguir é tentar instalar aí pequenas e médias indústrias de transformação de produtos agrícolas de modo a aumentar o valor acrescentado que fica nessas zonas.

Nesta linha, atenção especial deve ser dada à melhoria da qualidade e da quantidade de café produzido e, simultaneamente, caminhar o mais possível de montante para jusante na linha de produção e comercialização do café pronto a consumir. Esta internalização de valor acrescentado possibilitará um aumento significativo nas receitas em divisas deste produto, o principal bem de exportação do país. Dadas as características desde processo, que exige bons conhecimentos técnicos e dos mercados mundiais, isto terá de ser feito, muito provavelmente, em associação com uma empresa estrangeira habilitada, não sendo de excluir a hipótese de a parte timorense ser representada pelo Estado e/ou uma associação (cooperativista?) de produtores.

Simultaneamente, aquela melhoria de qualidade e quantidade proporcionará melhores rendimentos a muitos agricultores, muitos deles de pequena dimensão.

Tudo isto tem como pano de fundo a melhoria das acessibilidades das zonas rurais que permitam a circulação de pessoas e bens (no caso destes últimos, quer os agrícolas que precisam de ser escoados quer os destinados ao abastecimento das zonas rurais). Quanto à circulação das pessoas, é importante por várias razões, incluindo garantir a melhoria do capital humano graças a um mais fácil acesso ao ensino e à saúde.

## ***ii) a ênfase, articulada com a anterior, na luta contra a pobreza***

A prioridade à agricultura a que nos referimos acima não deve ser entendida apenas numa perspectiva economicista, de aumento do rendimento nacional e das

---

<sup>62</sup> – Vários observadores, principalmente timorenses, têm enfatizado muito a vocação turística do país e a conveniência em explorá-la devidamente. Concordamos com a opção mas ela, para se tornar numa verdadeira alternativa económica, exige medidas muito concretas no domínio das infra-estruturas para este sector, dos meios de comunicação, dos preços e da saúde. Ora, em quase todos estes domínios está quase tudo por fazer, pelo que a opção pelo turismo só renderá alguns resultados dentro de alguns anos.

exportações, por exemplo. Para nós o essencial nesse processo é que ele é fundamental na melhoria da qualidade de vida das populações rurais, nomeadamente através do aumento dos seus rendimentos. Daí que falemos em 'desenvolvimento rural' e não apenas em desenvolvimento da agricultura enquanto sector produtivo e exportador.

Esta ênfase na luta contra a pobreza é, como ficou salientado na parte II, multidimensional e não se esgota no apoio ao desenvolvimento da agricultura. Este último é apenas uma faceta, muito importante, daquela luta e pressupõe que há que garantir que o crescimento a produção seja *pro poor*, nomeadamente garantindo, através de uma atenção ao que se passa ao nível da formação dos custos e dos preços pagos ao produtor, que as populações rurais ficam com o excedente económico necessário não só para garantir o seu consumo e a melhoria (quantitativa e qualitativa) deste mas também com o necessário à acumulação, traduza-se ela em acumulação de capital físico (mais e melhores instrumentos de produção, mais e melhores *inputs* agrícolas, etc) ou de capital humano (mais e melhor nível sanitário, 'investimento' na educação própria e, principalmente, dos filhos, etc.).

A luta contra a pobreza significa também que o Estado deve, na sua actuação, priorizar as acções que facilitem o acesso das populações mais carenciadas a serviços de saúde, à educação e, claro, a fontes de rendimento. Ela significa, genericamente e como já foi salientado várias vezes, que o Estado deve ter como preocupação estratégica criar as condições para que as populações mais pobres tenham acesso aos meios de saírem da sua pobreza e que deixem de 'ser pobres porque são pobres'.

A ruptura deste ciclo vicioso caberá à acção do Estado, seja ela assumida de uma forma directa seja através de acções que facilitem às populações, por sua iniciativa, sob seu controlo e/ou com a ajuda de agentes dinamizadores externos --- nomeadamente as ONG's ---, a saída da situação em que se encontram.

Não cremos, pois, que ao Estado caiba *fazer* tudo --- qual 'baba' (mais ou menos) benevolente que trata de todos os seus filhos de uma forma paternalista ---, mas sim *fazer alguma coisa* directamente (incluindo o fornecimento de alguns bens públicos como a saúde e a educação, por exemplo) e criar as condições para que as populações, através de esquemas de auto-organização e/ou com algum incentivo organizativo externo, possam romper o 'círculo vicioso da pobreza' em que se encontram enredadas.

### ***iii) necessidade de construir um aparelho institucional 'amigo' do desenvolvimento***

De nada serve uma boa receita culinária se o cozinheiro for um 'desastre'... Do mesmo modo, de nada serve uma boa estratégia e uma boa política económica de desenvolvimento se não houver a capacidade de a implementar.

Cremos que este é uma das principais fraquezas do país já que 400 anos de colonialismo português e 25 anos de colonialismo e ditadura indonésios não conseguiram contribuir para uma melhoria significativa do capital humano e das estruturas organizativas de Timor Lorosa'e. Cremos, mesmo, que um dos efeitos mais insidiosos deste último colonialismo, aquele que vai ser mais difícil estripar, é a maneira de pensar de muitos quadros técnicos formados pelo invasor e doutrinados à luz do *pancassilla*'. Há todo um trabalho de 'lavagem ao cérebro' (agora no bom

sentido...) que nos parece essencial: é que quem se junta aos medíocres, medíocre tenderá a ser... Antes o pior dos melhores que o melhor dos piores!

É neste domínio organizativo, mais do que no substituir-se aos timorenses nas decisões, que deveria centrar-se o papel a Administração provisória e da ajuda internacional. Infelizmente nem sempre é assim.

A preocupação de organizar uma estrutura organizativa 'amiga' do desenvolvimento poderá beneficiar das lições que neste domínio se poderão retirar de vários países da Ásia Oriental, incluindo do Sudeste Asiático. É o caso de países como Taiwan, Singapura e a própria Coreia --- apesar dos problemas de alguma 'promiscuidade' entre o mundo empresarial e o poder político que caracterizou o período de ditadura militar/autocracia.



#### ***iv) necessidade de definir o papel dos vários sectores de propriedade e do investimento estrangeiro;***

Definir o futuro sistema económico de Timor Lorosa'e como 'misto' não esclarece absolutamente em nada a forma como se pretende organizar economicamente o país. Dizer isto só faz sentido se a um sistema deste tipo for possível contrapor um que seja 'não misto'... que, com a provável excepção (que só confirma a regra...) da Coreia do Norte, é algo que não existe. 'Mistas' são hoje todas as economias.

O que há que decidir é, pois e dentro de um sistema que basicamente será sempre e no essencial 'de mercado', qual a importância relativa dos sectores privado, público, cooperativo ou outro de produção e quais as relações entre eles.

Parece-nos evidente a escolha por uma economia 'de mercado' com uma intervenção do Estado que poderá ser maior (quer por ser mais directa quer por ser mais indirecta mas não menos determinante) nuns sectores do que noutros e em determinados momentos do que noutros. Retomaremos este tema no ponto seguinte.

Mas assim como acreditamos que o mercado e o sector privado de produção serão o quadro básico de organização da economia (e da sociedade) timorense, também cremos que, até porque durante muito tempo haverá 'falhas de mercado', é necessário ter uma grande flexibilidade neste (como noutros...) domínio, nomeadamente quanto ao papel que poderão desempenhar quer cooperativas (provavelmente mais no domínio da comercialização do que no da produção) quer formas ainda mais elementares de organização, sejam elas do tipo tradicional em Timor sejam as resultantes de algum tipo de cooperação informal nos mais diversos domínios (produção, comercialização, aquisição de *inputs* ou bens e capital, etc) -- o que alguns designam de 'quarto sector'.

As formas cooperativas de organização, sejam elas mais formalizadas ou mais informais, têm sido um campo privilegiado de actuação de muitas organizações não-governamentais, que aqui têm, de facto, uma palavra importante a dizer quanto ao apoio a dar.

Note-se que o que aqui fica se refere exclusivamente ao domínio da organização da produção. Porém, nomeadamente no que respeita a estas formas mais 'informais' de organização, elas ou as suas similares são um poderoso instrumento de organização social que deve ser encorajado no quadro da auto-organização das populações na luta contra a sua pobreza. Este verdadeiro 'quarto sector' da economia (e da sociedade) tem desempenhado por esse mundo fora --- nomeadamente em países em desenvolvimento --- um papel fundamental neste domínio e por isso deve ser fomentado e apoiado até porque tem alguma similitudes com a forma bastante comunitarista de vida de muitas populações em Timor, nomeadamente nas zonas rurais.

#### ***v) papel do Estado na Economia***

Salientámos acima que o sistema económico timorense se baseará, como todas as outras economias actuais, no papel fundamental do sector privado <sup>63</sup>. Mas assim como não temos qualquer '*parti pris*' contra este sector, também não o temos contra o sector público.

Neste há que distinguir a actuação do Estado enquanto proprietário de meios de produção das suas funções como regulador da actividade económica e, nomeadamente, como fomentador/facilitador do desenvolvimento.

A nossa atitude quanto ao papel do Estado como proprietário dos meios de produção é tão pragmática como quanto ao seu papel enquanto regulador da economia: se for preciso, faz-se, se não o for (e, em princípio, é preferível que não o seja até para evitar tendências ao crescimento da corrupção...), não se faz.

Por exemplo, face à situação actual de inexistência de mecanismos privados de escoamento das produções camponesas, não vemos grande alternativa à intervenção directa do Estado <sup>64</sup>: face à 'falha do mercado' neste domínio --- que acreditamos ser pontual devido às condições actualmente vigentes no país (nomeadamente a saída da maior parte dos comerciantes instalados anteriormente, de origem indonésia) ---, não vemos grande alternativa à assumpção, pelo Estado, da responsabilidade de assegurar a comercialização rural (i.e., a compra das produções e, eventualmente e se se mostrar necessário, a venda de bens aos camponeses). Sabemos perfeitamente que o Estado não tem vocação de 'cantineiro' <sup>65</sup> mas também sabemos que ele não pode ficar indiferente face a esta situação e, por isso, terá de intervir, provavelmente de uma forma mais directa do que seria desejável/aconselhável.

Quanto à função reguladora da economia e/ou incentivadora do desenvolvimento, cremos que também aqui não deverá haver uma regra absoluta de 'intervencionismo' vs. 'liberalismo', tudo dependendo das circunstâncias, nomeadamente do 'tempo' e do 'modo'.

Por exemplo, se acreditamos que numa situação normal não deverá haver uma intervenção significativa do Estado no mercado de reconstrução de habitações, a actual situação em Timor desaconselha, nitidamente, este distanciamento do problema.

É exactamente por termos esta atitude flexível e, cremos, pragmática em relação ao problema é que acreditamos que face às actuais condições estruturais de Timor Lorosa'e há um espaço mais amplo do que seria normal à intervenção do Estado enquanto dinamizador do processo de desenvolvimento. Estas condições incluem, recordemos, um grande nível de sub-desenvolvimento e uma grande falta de empresários capazes de assegurar o essencial do esforço que, em princípio, competiria ao sector privado levar a cabo <sup>66</sup>.

---

<sup>63</sup> - As decisões do recente Congresso do CNRT/Congresso Nacional vão no sentido de criar uma economia baseada na acção do sector privado com intervenção selectiva do Estado

<sup>64</sup> - Entenda-se, quanto ao momento actual, que se trata, neste caso, da UNTAET

<sup>65</sup> - Nome dado em Moçambique aos comerciantes das zonas rurais que desempenhavam as funções de vendedores de produtos (de consumo, de investimento ou 'inputs' intermédios) nas suas 'cantinas' e de compradores dos excedentes agrícolas dos camponeses, fornecendo-lhes também (micro-)crédito (ao consumo, etc) no caso de necessidade e como contrapartida de direitos sobre uma parte da produção a colher na época das colheitas.

<sup>66</sup> - O resultado prático desta falta de empresários já se está a sentir: o espaço que não é ocupado por estes está a sê-lo por empresários indonésios (presentes ou não no terreno) e por empresários

Assim sendo e pelo menos durante um número de anos relativamente alargado, não vemos grande alternativa ao envolvimento do Estado no processo de desenvolvimento na linha dos que têm sido chamados de 'Estados desenvolvimentistas'. Passado este período de emergência e de reconstrução nacional, o grau de intervenção do Estado deverá começar a diminuir 'acomodando-se' ao desenvolvimento dos demais sectores de propriedade.

Reforce-se aqui a ideia de que para nós 'intervenção' não quer dizer (mas pode exigir pontualmente) 'propriedade jurídica dos meios de produção'. Uma excepção a esta regra poderá ser, por exemplo, a criação de uma estrutura industrial que se mostre necessária mas que o sector privado, só por si e pelos mais variados motivos, não se mostre em condições de assegurar. Por exemplo e retomando o exemplo do café, a 'subida' na escala de incorporação de valor acrescentado em Timor poderá exigir a associação entre o Estado timorense e um empresário estrangeiro --- e, eventualmente, uma associação de produtores timorenses.

O Estado, à semelhança do que acontece em tantos e tantos países com maior nível de desenvolvimento sem que tal seja objecto de grande discussão, desempenhará aqui não só o papel de defensor de uma determinada linha estratégica de desenvolvimento (a crescente incorporação de valor acrescentado e o desenvolvimento industrial) mas também a de parceiro num empreendimento que permita reduzir o risco do mesmo e servir de '*learning by doing*' e, também por esta via, de dinamização do sector privado, empresarial, timorense. Afinal não nos parece possível desenvolver o capitalismo sem capitalistas... E quando eles não existem compete ao Estado 'produzi-los' ou, pelo menos, ajudar na sua 'produção' já que eles representam também uma função social importantíssima num sistema que se reiveindica de ser 'de mercado'. A alternativa é a excessiva dependência das empresas e dos empresários estrangeiros <sup>67</sup>.

Estes, reconhece-se, têm, face à falta de um tecido empresarial timorense e de poupanças destes que sejam susceptíveis de ser convertidas em acumulação, um papel fundamental a desempenhar pelo que deverá ser incentivado o investimento directo estrangeiro, particularmente aquele que corresponda a uma efectiva e duradoura presença no mercado e não a uma atitude de quase 'rapina', com uma perspectiva de maximização do lucro no curto prazo através de práticas com uma forte componente especulativa.

Isto sugere a criação de uma autoridade própria para regular (e incentivar) o investimento directo estrangeiro mas que sirva também, se necessário, de parceira e/ou dinamizadora de parcerias com o investidor estrangeiro. Esta entidade deverá, nesta fase em que é necessário alguma unidade de comando na definição da política económica, estar dependente do 'Ministro da Economia' --- pelo menos para os projectos de média e grande dimensão --- mas ter uma capacidade autónoma de actuação, designadamente para a captação de novos investimentos e para servir de 'one point shop' para tratar de todos os assuntos de implantação do investimento.

---

australianos. São estes dois tipos de empresários os grandes beneficiários líquidos do processo em curso e a população já começa a reagir a tal situação, como ficou bem patente em declarações (muito aplaudidas) de alguns delegados ao Congresso do CNRT realizado em fins de Agosto/2000.

<sup>67</sup> - vd. a nota acima em que se refere o papel actualmente desempenhado por empresários indonésios e australianos no mercado timorense

## **vi) relações (económicas) externas**

Um pequeno país insular 'em desenvolvimento' como é Timor não pode ficar afastado do processo de internacionalização/globalização crescente das economias a que se assiste hoje em dia. Duas razões estritamente económicas para tal são a necessidade de diversificar as suas fontes de abastecimento de forma a obter a melhor relação qualidade/preço no mercado e a necessidade de alargar o mercado para a sua produção limitada pela dimensão da sua população e respectivo poder de compra.

Integrado na zona de charneira entre dois gigantes económicos e inserido numa região (o sudeste asiático) de significativo dinamismo económico --- apesar do sobressalto da 'crise de 1997' ---, Timor não tem grande alternativa: terá que olhar com especial atenção as suas relações económicas com a Indonésia, a Austrália e o conjunto dos países da ASEAN. Aliás, esta 'tendência natural' já se verifica, com as empresas australianas e indonésias a dominarem, nitidamente, o mercado <sup>68</sup>. Naturalmente, estes aspectos não podem ser desligados das opções quanto ao regime cambial do país.

Infelizmente não é possível, por falta de recolha de dados pela Administração da UNTAET, fazer o retrato da actual situação quanto ao comércio externo de Timor. Porém, as informações avulsas recolhidas quer junto da banca quer junto dos operadores portuários confirmam um predomínio dos dois fornecedores já referidos e que são 'líderes' económicos dos respectivos grupos: a Austrália e a Indonésia.

Conscientes desta situação na 'charneira' entre o mundo essencialmente islamizado ou confucionista (à excepção das Filipinas) e 'em desenvolvimento', no Norte, e o mundo essencialmente anglo-saxónico, cristão e desenvolvido, no Sul, os dirigentes timorenses tomaram a decisão de tentar conciliar estas duas 'pertencas' através do pedido de adesão quer à ASEAN, aglutinadora dos primeiros, quer ao Fórum do Pacífico Sul, onde a Austrália (e a Nova Zelândia) preponderam.

Se conseguirem o seu objectivo --- e nesse caso será o único país da região com uma dupla filiação em espaços políticos e económicos diferentes (mas não antagónicos) ---, poderão beneficiar significativamente já que se a pertença ao primeiro grupo lhes garante um mais fácil acesso a matérias primas e a produtos manufacturados mais baratos, a um mercado potencial de mais de 350 milhões de pessoas e a um conjunto de economias dinâmicas que poderão utilizar Timor como mais um espaço de investimento e eventual deslocalização de uma ou outra produção para tentar aproveitar a segunda ligação privilegiada externa do país: com a Austrália e o restante espaço do Pacífico Sul.

Este pode dar a Timor acesso a um mercado abastecedor de produtos de melhor qualidade, a um mercado consumidor susceptível de absorver uma parte da (desejada) crescente produção agrícola timorense e, espera-se, a uma (cada vez maior) produção industrial --- nomeadamente dinamizada por investidores a ASEAN desejosos de aproveitar uma mais fácil entrada nos mercados do Pacífico Sul. Esta

---

<sup>68</sup> - É curioso verificar que o 'dualismo' que caracteriza actualmente a economia timorense, com a economia dos estrangeiros quase completamente divorciada da economia dos nacionais, se repete nos itens para consumo: os mercados frequentados pela população local estão dominados, em geral, por produtos (e empresas) indonésios e os restaurantes e hotéis por produtos 'made in Australia'.

região será ainda importante como fornecedora de equipamentos e de tecnologia de melhor qualidade, enquanto que a ASEAN (AFTA) poderá ser origem de alguma de características mais intermédias. Do mesmo modo, espera-se que uma parte significativa dos turistas tenham origem no 'vizinho de baixo', mais do que nos outros países da região.

A referência ao turismo permite-nos retomar a ideia de que ele não será, cremos, uma fonte importante de recursos nos próximos anos por dois motivos principais: porque há ainda muito (quase tudo...) a fazer para acolher um número significativo de turistas que não sejam apenas do tipo 'backpackers' --- normalmente muito simpáticos mas com pouco dinheiro... --- e porque o patamar de preços que 'ameaça' estabilizar-se em Timor é muito elevado. Isto, associado aos altos custos do transporte aéreo para e de Dili e às altas taxas de câmbio (pelo menos actualmente) do USD <sup>69</sup>, poderá servir de poderoso desincentivo do turismo de melhor qualidade e que deixa no país um maior nível de rendimento.

Uma última referência neste ponto para um aspecto que tem trazido algum alvoroço --- pelo menos em alguns sessões do Congresso do CNRT ... --- aos timorenses: os proveitos da exploração de petróleo e de gás natural na região do Mar de Timor (entre este e a Austrália) que se convencionou designar por 'Timor gap'.

As estimativas existentes fazem prever que Timor venha a beneficiar significativamente da exploração destes recursos quando ela começar, em 2003. As suas receitas serão então fortemente aumentadas --- o que será (?) uma benção num período em que se espera que, com o fim da UNTAET, a ajuda internacional se reduza significativamente... --- no curto-médio prazo mas tenderão a diminuir ao longo do tempo que durar a exploração: as estimativas apontam para um pico do *cash-flow* desta logo em 2003 e uma lenta mas sistemática diminuição até cerca de 2027, quando se espera esgotar os recursos petrolíferos da zona de Bayu-Undan.

Exactamente por causa desta evolução muito assimétrica é que se torna essencial definir desde cedo uma política de utilização dos recursos esperados e que pode passar, por exemplo, pela decisão de gastar estes recursos de uma forma mais ou menos estável e ao longo de um período 2 a 4 vezes superior ao da vida útil da exploração petrolífera (normalmente estimada em cerca de 25 anos).

De facto, um gasto destes recursos acompanhando de perto o ciclo das receitas, teria um efeito desastroso sobre a economia de Timor Lorosa'e como teve em todos os casos --- e não foram poucos... --- em que os países, confiantes na estabilidade deste tipo de receitas e, aparentemente, na sua eterna renovação, decidiram gastar o dinheiro recebido a um ritmo muito elevado <sup>70</sup>. Exemplos são o México pré-crise de 1982 e a Nigéria (quase sempre, mas em particular também naquela época).

---

<sup>69</sup> -- A moeda oficial do país durante este período de transição e, previsivelmente, para os próximos 3-4 anos --- pelo menos...

<sup>70</sup> -- No recente Congresso do CNRT foi aprovada uma moção em que se recomendava que as receitas do petróleo se deveriam destinar ao pagamento de pensões às viúvas e restantes vítimas da luta de libertação do país. É evidente que na sua formulação actual o texto está incorrecto e o 'Ministro da Economia', Mari Alkatiri, teve toda a razão em reagir contra tal recomendação. É que falta lá a expressão "*uma parte* dos recursos"... (em vez de, como pode ser interpretado, "[*todos*] os recursos")

Note-se que não bastam os cuidados referidos para evitar desequilíbrios na economia nacional. Na verdade, mesmo com tais cuidados estes podem surgir. Num caso de *dutch disease* (literalmente "doença holandesa" por primeiro ter sido identificada na Holanda quando ela começou a produzir gás no Mar do Norte) o país até pode fazer uma gestão cuidada dos recursos obtidos mas mesmo assim pode gerar-se uma situação em que o aumento das reservas em divisas e alguma pressão inflacionista --- natural se não se controlar de perto a oferta monetária num período de animação da actividade económica devido à exploração petrolífera --- geram uma situação em que a moeda nacional se valoriza significativamente tornando difícil a manutenção da competitividade do resto dos bens transaccionáveis produzidos pelo país.

O resultado será uma (indesejada e indesejável) dificuldade na balança comercial: é agora mais difícil exportar e mais fácil importar. Isto traz consigo dificuldades aos produtores nacionais quer porque não conseguem vender ao exterior quer porque vêm os seus produtos perderem competitividade face aos produtos importados no próprio mercado nacional!... O resultado será o encerramento de empresas, o aumento do desemprego e/ou a re-estruturação da produção nacional de uma forma que a torna cada vez mais dependente da produção petrolífera --- que, infelizmente (?), não é eterna, pelo que a longo prazo a economia nacional será prejudicada se não souber preparar o período pós-petróleo.

Esta referência permite-nos retomar a um aspecto importante relacionado com a presente opção pelo USD como moeda de Timor e com a elevada cotação a que ele se encontra actualmente: é quase inevitável que passe a ser mais barato importar arroz da Austrália, da Tailândia ou da Indonésia do que produzi-lo em Timor. Isto porá problemas de escoamento aos produtores timorenses <sup>71</sup>, muitos deles qualificáveis como pobres, que se arriscam a ficar ainda mais pobres e com o arroz em casa, sendo comido pelos ratos, por causa de uma 'doença' que não sonham existir... Como se não lhes bastasse a malária e a tuberculose...

#### vii) **controlar a quantidade e a qualidade da ajuda internacional**

Devido à situação criada pela Indonésia a Timor após o referendo de 30 de Agosto de 1999, o país está agora completamente dependente da ajuda internacional, quase parecendo, em relação aos critérios comuns de classificação de um Estado como independente, uma verdadeira 'realidade virtual'.

Esta ajuda, de que o expoente máximo são as *PKF-Peace Keeping Forces* (as forças armadas de manutenção da paz e segurança do país) e a Administração civil do país, a UNTAET, é prestada também, de uma forma bilateral, por variadíssimos países, de que se destacam o Japão, Portugal e a Austrália, entre outros.

Presentes no terreno estão também um sem número de organizações não-governamentais. A grande maioria têm desempenhado um papel importantíssimo quer na ajuda de emergência ao país quer nos primeiros esforços da sua reconstrução mas há que reconhecer que algumas são pouco mais do que

---

<sup>71</sup> – Note-se que este não é um cenário pessimista e incerto para o futuro. Isto já está a acontecer hoje, com o mercado de Dili e os seus restaurantes cheios de sacos de arroz australiano.

(pequenas/médias) empresas disfarçadas de ONG's mais interessadas na sua própria sobrevivência económica (e na 'feira de vaidades' em que o mundo da ajuda internacional se transformou...) através da captação de recursos quer de donativos vários quer de meios financeiros disponibilizados pelo Banco Mundial, a União Europeia e muitos governos a título de ajuda bilateral.

Por esta razão e porque mesmo a ajuda multilateral e bilateral sofre de problemas significativos de eficácia derivados, nomeadamente, da falta de coordenação entre profissionais da ajuda e entidades governamentais --- com culpas para ambas as partes --- torna-se urgente encontrar um mecanismo de acompanhamento destas actividades não no sentido de as limitar e controlar a sua acção no dia a dia mas sim no sentido de assegurar que ela beneficia, de facto, o país receptor e que tem a produtividade mínima que deverá ter.

Isto impõe obrigações aos próprios responsáveis timorenses já que implica que eles não contribuam, com a sua desorganização e (por vezes excessiva) facilidade com que alteram compromissos, para agravar estes problemas de utilidade/produtividade da ajuda internacional. É que, não tenhamos dúvidas, (infelizmente...) a 'concorrência' internacional pela sua recepção é muito grande e muitos governos e participantes da 'indústria da ajuda' são muito sensíveis (!...) aos últimos acontecimentos mundiais (nomeadamente se a CNN estiver lá!...): hoje na Bósnia, amanhã no Kosovo, depois de amanhã em Timor Lorosa'e e no mês que vem no Ruanda ou no Congo (ex-Zaire)...

Outra razão para fazer um acompanhamento e controlo desta ajuda é o facto de estar hoje provado que neste domínio se cometem excessos que são prejudiciais ao país e que por isso, se pode dizer que este pode sofrer de 'excesso' de ajuda. Uma das suas consequências pode ser o desencadear de um processo de *dutch disease* tal como referido acima. Esta, muitas vezes, resulta de opções das próprias organizações multilaterais líderes do processo de apoio ao desenvolvimento e que não devem por isso, estar isentas de um 'escrutínio' da sua actividade de modo a tentar limitar os estragos de que são capazes...

## **Conclusão**

Ao longo deste texto procurámos delinear um conjunto de linhas gerais que poderão ser úteis --- assim o esperamos... --- na definição de uma estratégia de desenvolvimento para Timor Lorosa'e quando puder decidir sózinho os seus destinos e da correspondente política económica.

Naturalmente, não pudemos ser exaustivos <sup>72</sup>--- quer pela dimensão que o texto atingiria quer devido às nossas próprias limitações quantitativas e qualitativas... --- mas também não o pretendemos ser. Porém, procurámos, depois de traçar um diagnóstico da situação de partida e que por limitações e espaço e e informação estatística disponível é limitado, delinear um conjunto de orientações genéricas

---

<sup>72</sup> - Nenhuma das contribuições referenciadas ao longo do texto o foi (nem pretendeu ser). A própria UNTAET, através do 'country assessment' que está a ser realizado por um conjunto de organizações especializadas da ONU presentes em Timor, está mais preocupada em fazer um bom diagnóstico da situação e sugerir algumas linhas de força de uma actuação para a ultrapassar do que em fazer um trabalho exaustivo neste último domínio.

decorrentes do estado actual do debate sobre o desenvolvimento, nomeadamente do 'desenvolvimento humano' tal como decorre dos últimos trabalhos do PNUD- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e do de tantos autores que, genericamente, subscrevem esta concepção.

Pela nossa parte e na linha deste entendimento, reconhecemos como verdadeiros 'direitos naturais' o direito à saúde, à educação e a um nível de rendimento suficiente para possibilitar a todos o acesso a uma qualidade de vida considerada como digna.

Esta, por sua vez, é a que decorre do acesso a, pelo menos, os níveis considerados mínimos para que as pessoas não sejam classificadas como pobres e tenham saúde e um nível de educação que lhes permita uma suficiente interacção com a sociedade e compreender e participar, como sujeitos e não seu objecto, na evolução do mundo moderno.

Para além destas linhas de estratégia e de política económica de médio-longo prazo levantámos também algumas questões que cremos deverem ser urgentemente enfrentadas e solucionadas pela Administração do país, no caso actual a UNTAET.

Apesar das dificuldades que Timor Lorosa'e necessariamente enfrentará --- designadamente devido ao estado de destruição que a Indonésia deixou atrás de si ---, acreditamos no futuro do seu povo como nação livre e independente e na possibilidade de, se os vários interventores no processo social do país souberem aproveitar a oportunidade que a História lhes deu, Timor poderá garantir aos seus habitantes a vida digna porque lutaram tantos e tantos anos. Naturalmente que não se esperam que eles sejam, em termos de nível de vida, os novos singaporeanos da região --- pelo menos nas próximas décadas --- mas é para nós evidente que existem condições para melhorarem muito a sua situação actual.



## **Bibliografia**

AHMAD, Ehtisam e LERUTH, Luc *Indonesia: implementing national policies in a decentralized context: special purpose programs to protect the poor*, IMF Working Paper 102/2000 (WP/00/102), IMF, Washington DC, 2000

AMES, B. et alii 'Macroeconomic issues' in Ibidem

ASIAWEEK "East Timor rebuilds" in, vol. 26, nº 15, 5/Maio/2000 (tal como consta de <http://cnn.com/ASIANOW/asiaweek/magazine/2000/0505/biz.timor.html>)

BRINDAL, Ray "Australia says revenue, not border, focus of Timor talks" in *Dow Jones Newswires*, 14/7/2000 (visto em [http://www.easttimor.com/news\\_today/2261.htm](http://www.easttimor.com/news_today/2261.htm) em 16/7/2000)

CNRT-Conselho Nacional da Resistência Timorense *Documentos do Congresso*, Dili, Agosto/2000

EAST TIMOR JOINT ASSESSMENT MISSION *Macro-economics background paper*, WB+FMI, Washington, 1999

*General Guidelines for a Development Plan for East Timor - Summary document from a meeting of a working group of East Timorese professionals*, Algarve, Portugal, 25<sup>th</sup> October 1998, vd. em <http://www.ozemail.com.au/~cnrt/phaseoneec.htm>

IMF and WORLD BANK (Development Committee) *Building poverty reduction strategies in developing countries*, IMF+WB, Washington,DC, September 22, 1999

KHAN; Mahmood Hasan *Rural poverty in developing countries: issues and policies*, IMF Working Paper 78 (WP/00/78), Washington,DC, April/2000

PNUD, *Conceptual framework for reconstruction, recovery and development of East Timor* (draft), Prepared by UNDP, September 1999

PNUD, *Relatório do Desenvolvimento Humano - 2000*, Trinova Ed., Lisboa, 2000

SALDANHA, J. M. et al. *Economic viability of East Timor revisited: outlook for the 21st century*, paper presented at *East Timor's Strategic Development Planning Conference*, Melbourne 5-9 April 1999 (<http://www.ozemail.com.au/~cnrt/papersecon1.htm>)

SALDANHA, João Mariano e COSTA, Helder da *Economic viability of East Timor revisited. Outlook for the 21st Century*, policp. (vd em <http://www.ozemail.com.au/~cnrt/papersecon1.htm>)

SERRA, António M. de Almeida e QUINTANEIRO, Luís *Moeda e câmbios em Timor Lorosa'e: contribuição para um debate*, CEsa (Doc. Trabalho nº 58), Lisboa, 2000

SERRA, António M. de Almeida *Malásia: de desigualdade em desigualdade até à igualdade final?*, CEsa (Doc. Trabalho nº 41), Lisboa, 1996

SERRA, António M. de Almeida *Os processos de desenvolvimento dos "velhos" novos países industrializados*, CEsa (Doc. Trabalho nº 42), Lisboa, 1996

SERRA, António M. de Almeida *Singapura: A história de um sucesso económico*, CEsa (Doc. Trabalho nº 40), Lisboa, 1996

*Timor Link*, Issue n. 43, special supplement "East Timor: prospects for an independent economy", Catholic Institute for International Relations, London, 1998 (vd. in DuBOIS, Brian *The Timor Gap Treaty — where to now?*, Community Aid Abroad - Oxfam Australia, Briefing Paper n.º 25, February 2000)

UNTAET *East Timor Common Country Assessment*, (documentos preparatórios), draft, Dili, 2000

UNTAET, *Community Empowerment and Local Government Project - Progress Report, Period Ending 31/5/2000*, UNTAET, policp., Dili,

UNTAET, *Relatório à conferência de Lisboa*, Junho/2000

UNTAET AND WORLD BANK, *Background paper for donors' meeting on East Timor*, Lisbon, Portugal,  
21-23 June 2000

## **Anexo - principais datas no caminho de Timor para a independência, 1999**

**Janeiro, 27:** O Presidente indonésio B.J. Habibie declara que está disposto a conceder a independência de Timor Leste se este recusar o estatuto de autonomia proposto pelo governo;

**Abril, 23:** Nas Nações Unidas, Portugal e a Indonésia chegam a acordo quanto ao processo de autonomia de Timor Leste;

**Julho, 28:** As Nações Unidas decidem adiar a consulta popular em Timor para 30 de Agosto;

**Agosto, 30:** Na consulta popular realizada, votam quase 99% dos inscritos. Dois trabalhadores das Nações Unidas envolvidos no processo de votação são mortos em acções de violência das milícias.

**Agosto, 31:** Regozijo internacional pela votação em Timor mas as acções das milícias são cada vez maiores;

**Setembro, 3:** As Nações Unidas evacua o seu *staff* da cidade de Maliana, tomada pelas milícias, mas a contagem dos votos continua

**Setembro, 4:** O Secretário Geral das Nações Unidas, Kofi Annan, anuncia uma votação esmagadora de 78,5% a favor da independência

**Setembro, 6:** O exército indonésio junta-se declaradamente à campanha de violência para obrigar milhares de timorenses a fugir

**Setembro, 7:** A Indonésia coloca Timor sob lei marcial e liberta o líder da resistência Xanana Gusmão

**Setembro, 8:** A ONU anuncia a sua retirada total de Timor Leste

**Setembro, 10:** o presidente Bill Clinton, dos EUA, emite um sério aviso à indonésia para que termine com a violência em Timor

**Setembro, 12:** O presidente Habibie aceita a entrada em Timor de uma força de paz internacional

**Setembro, 15:** A ONU aprova o envio de uma força de paz internacional para Timor Leste

**Setembro, 19:** Xanana Gusmão chega a Darwin depois de sair de Jakarta devido a ameaças à sua vida

**Setembro, 20:** Chegam a Dili os primeiros dos 7500 soldados da força de manutenção de paz

**Setembro, 27:** a Indonésia transfere o controlo efectivo de Timor Leste para as tropas internacionais

**Setembro, 29:** milhares de timorenses começam a regressar a Dili

**Outubro, 5:** O governo indonésio recua na sua posição e declara que não cooperará com nenhum inquérito da Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas sobre as alegadas atrocidades em Timor Leste

**Outubro, 6:** Os militares da Indonésia apelam à nova Assembleia Nacional para aprovarem a proposta de Independência de Timor Leste e o Bispo Carlos Belo regressa como um herói.

**Outubro, 19:** Descobertas pelas tropas internacionais as primeiras campas colectivas

**Outubro, 20:** A Assembleia Nacional indonésia ratifica o resultado da votação de 30 de Agosto, abrindo caminho à libertação de Timor do país que o invadira em 1975

Mapa de Timor Loro Sae

